



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – CAMPUS I
COLEGIADO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

**Racismo Ambiental e Espoliação Urbana: dois lados de uma
mesma moeda. Uma análise sobre os deslizamentos de terra na
cidade de Salvador a partir do Programa Municipal “Operação
chuva” (2015-2020)**

Marina Amaral Nascimento

Salvador – BA

2022

MARINA AMARAL NASCIMENTO

Racismo Ambiental e Espoliação Urbana: dois lados de uma mesma moeda. Uma análise sobre os deslizamentos de terra na cidade de Salvador a partir do Programa Municipal “Operação chuva” (2015-2020)

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de Educação, da Universidade do Estado da Bahia, como parte dos requisitos para obtenção do título de Licenciatura em Ciências Sociais, sob a orientação da Prof^a. Dra. Cleide Magáli dos Santos.

Salvador – BA

2022

FICHA CATALOGRÁFICA
Sistema de Bibliotecas da UNEB

N244r

Nascimento, Marina Amaral

Racismo ambiental e Espoliação urbana: dois lados de uma mesma moeda. Uma análise sobre os deslizamentos de terra na cidade de Salvador a partir do Programa Municipal Operação Chuva (2015-2020). / Marina Amaral Nascimento. - Salvador, 2022.

92 fls.

Orientador(a): Prof. Dra. Cleide Magáli dos Santos.

Inclui Referências

TCC (Graduação - Ciências Sociais) - Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Educação. Campus I. 2022.

1.Operação Chuva. 2.Racismo ambiental . 3.Espoliação urbana.
4.Deslizamento de terra. 5.Salvador-BA.

CDD: 301

MARINA AMARAL NASCIMENTO

Racismo Ambiental e Espoliação Urbana: dois lados de uma mesma moeda. Uma análise sobre os deslizamentos de terra na cidade de Salvador a partir do Programa Municipal “Operação chuva” (2015-2020)

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de Educação, da Universidade do Estado da Bahia, como parte dos requisitos para obtenção do título de Licenciatura em Ciências Sociais, sob a orientação da Prof^a. Dra. Cleide Magáli dos Santos

Trabalho aprovado em _____/_____/_____

Banca Examinadora

Profa. Dra. Cleide Magáli dos Santos- Orientadora

Prof. Dr. Eduardo José Fernandes Nunes

Prof. Dr. Valdélino Santos Silva

“Na encosta da favela tá difícil de viver
E além de ter o drama de não ter o que comer
(...)”

E na volta do trabalho a gente pode assistir
Em minutos fracionados a nossa casa sumir
Tantos anos de batalha, junto com o barro descendo
E ali quase morrer é continuar vivendo

Êee chuí chuí, ê chuí chuí
Temporal que leva tudo, mas minha fé não vai levar
Êee chuí chuí, ê chuí chuí
Oh, meu Deus, dai-me força pra outra casa levantar”

(Firme e Forte - Banda Psirico)

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CEMADEN Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais

CODESAL Defesa Civil de Salvador

CUFA Central Única das Favelas

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

PNAD Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

SEMPRE Secretaria Municipal de Promoção Social, Combate à Pobreza,
Esportes e Lazer

SGDC Sistema de Gestão da Defesa Civil

UNEB Universidade do Estado da Bahia

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Taxa de urbanização brasileira, 2010

GRÁFICO 2 – Porcentagem da população em área urbana por região, 2015

GRÁFICO 3 – Ocorrências e atuações da Codesal na etapa emergencial, 2015

GRÁFICO 4 – Atendimento da Defesa Civil por Prefeitura Bairro, 2016

LISTA DE MAPAS

MAPA 1 – Expansão da área urbana de Salvador entre 1600 a 1940

MAPA 2 – Tipologia sócio espacial – Salvador, 1991

LISTA DE FOTOS

FOTO 1 – Início da construção da Avenida Luís Viana Filho (Avenida Paralela), na década de 70

FOTO 2 – Consolidação da Avenida Luís Viana Filho (Avenida Paralela), na década de 1990.

FOTO 3 – Avenida Luís Viana Filho (Avenida Paralela), 2019

FOTO 4 – Imagem de capa do Projeto de Defesa Civil nas Escolas

FOTO 5 – Folder educativo sobre como colocar a lona corretamente nas encostas

FOTO 6 – Deslizamento de terra no bairro do Barro Branco, 2015

FOTO 7 – Deslizamento de barranco no bairro Barro Branco, 2015

FOTO 8 – Deslizamento de terra no bairro do Barro Branco/Alto do Peru, 2015

FOTO 9 – Deslizamento de terra no bairro de Bom Juá, 2015

FOTO 10 – Deslizamento de terra no bairro da Baixa do Fiscal, 2015

FOTO 11 e FOTO 12 – Deslizamento de terra no bairro da Liberdade, 2017

FOTO 13, 14, 15, 16 – Deslizamento de terra no bairro de Pituaçu, 2018

FOTO 17 e 18 – Deslizamento de terra no bairro de Águas Claras, 2020

FOTO 19 – Deslizamento de terra no bairro de Cajazeiras IV, 2020

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Composição racial por tipo de áreas – Salvador 2000

TABELA 2 – Localidades com acidentes graves ou relevantes em 2015 de acordo com o relatório da Operação Chuva

TABELA 3 – Localidades com acidentes graves ou relevantes em 2017 de acordo com o relatório da Operação Chuva

TABELA 4 – Localidades com acidentes graves ou relevantes em 2018 de acordo com o relatório da Operação Chuva

TABELA 5 – Localidades com acidentes graves ou relevantes em 2019 de acordo com o relatório da Operação Chuva

TABELA 6 – Localidades com acidentes graves ou relevantes em 2020 de acordo com o relatório da Operação Chuva

TABELA 7 – Localidades onde não houve acidentes de deslizamento de terra em residências

AGRADECIMENTOS

A parte dos agradecimentos, ao contrário do que imaginei, foi uma das mais difíceis de escrever. Aparentemente, é mais fácil traduzir em palavras a ciência, a teoria, do que um sentimento. Ao mesmo tempo, sem as pessoas que mencionarei aqui, seria impossível ter escrito qualquer linha, pois mesmo com todas as dificuldades que um trabalho de conclusão de curso impõe, nunca me senti só. Nunca estive só. Por isso, quero registrar aqui, toda gratidão a Deus e os orixás pela proteção, à minha família, aos amigos, camaradas, colegas, docentes, e toda rede de apoio que me fez chegar até aqui. Em especial:

Aos meus avós, pois como diz a música: de todo amor que eu tenho, metade foram vocês que me deram. Aos meus avôs Gileno e Pedro, obrigado por continuarem me olhando de onde estão e por todos ensinamentos. Às minhas avós Gil e Lourdes, obrigada por serem os maiores amores da minha vida e por desde sempre me apoiarem do jeitinho que eu sou.

À minha mãe Rogéria, por todos os 27 anos de cuidado, amor, atenção, incentivo aos estudos e dedicação a nossa família. Ao meu pai Gilson, por todo apoio, carinho e por ser uma grande referência da profissional dedicada que quero ser. Aos meus irmãos Yuri, Luiza e Bia, por me ensinarem como é bom ter amor de irmão/irmã. À minha boadrasta Lana, por mostrar na prática que família é muito mais do que laços sanguíneos, é sobre amor e respeito. À minha companheira de vida Pri, por ser meu maior ponto de apoio, por ser minha dupla na vida e por toda parceria cotidiana. À toda família, de sangue e de coração, por sempre torceram por mim.

À militância que me dá régua e compasso. À todes camaradas da Resistência, do Afronte, que tenho o orgulho de dividir um projeto de vida coletivo e que me inspiram a construir um mundo melhor. Ao grupo dos mosqueteiros, por serem “os mais mais de tudo”. Ao DCE da UNEB e todo movimento estudantil da nossa universidade, por ter sido a melhor escola que eu poderia ter. A própria Universidade do Estado da Bahia que me faz brilhar os olhos pela sua história de democratização do ensino através das ações afirmativas e da interiorização do ensino superior público baiano.

Aos colegas das Ciências Sociais, especialmente a turma de 2016, por todo aprendizado coletivo. Agradeço ainda mais aos meus amigos Jéssica e Kehinde, por terem se tornado família.

A todos os/as docentes da UNEB, sobretudo de CISO, por terem sido fundamentais na minha formação; por serem os exemplos que fortaleceram a minha vontade de ser professora.

E agradeço por fim, a minha orientadora Cleide Magáli, por compartilhar comigo sua inteligência, competência acadêmica e sociológica e ao mesmo tempo por todo cuidado, carinho e sensibilidade.

Esse trabalho de conclusão de curso não encerra um ciclo. Ele é apenas o começo do caminho que pretendo percorrer, e que só é possível, por todo esse apoio de pessoas incríveis que me acompanharam até aqui. Obrigada!

RESUMO

A presente pesquisa, constitui-se como uma investigação do tipo exploratória e de caráter qualitativo. Tem como objetivo geral, analisar a interseccionalidade raça/classe, caracterizando os processos sociais de deslizamentos de terra na cidade de Salvador (Bahia), a partir do Programa Municipal Operação Chuva. Para tanto, se examinam os relatórios do referido Programa entre os anos de 2015 a 2020, apontando as localidades atingidas pelos deslizamentos de terra, investigando a sua composição racial com base no banco de dados do Observatório dos Bairros de Salvador e assim, identificando as relações ambientais, sociais e raciais nos processos de deslizamento de terra na capital baiana. Como aporte teórico, utilizou-se as categorias centrais de Racismo Ambiental e Espoliação Urbana, além dos aportes do Marxismo e da Sociologia Urbana e seus desdobramentos a partir das relações étnico raciais. Assim, pauta-se em autores tais como: Kowarick (2009); Harvey (2011, 2016); Capella (1996); Acselrad (2004); Maricato (1996, 2001), Carvalho (2008, 2011); Pacheco (2008); Mészáros (2001); Marx e Engels (1977), dentre outros igualmente importantes. Como principal resultado, foi confirmada a hipótese de que devido a relação orgânica entre Estado e capital, o planejamento urbano não é pensado de forma democrática na cidade de Salvador, e sim, a partir dos interesses capitalistas, da especulação imobiliária e da elite privilegiada. Por isso, a imensa maioria dos deslizamentos de terra na capital baiana ocorre nos territórios em que vivem a população pobre e negra, espoliadas do direito à cidade, enquanto nos bairros de maioria branca e classe alta, que praticamente não aparecem nos relatórios sobre deslizamento de terra, estão os melhores serviços e habitações seguras. Dessa forma, conclui-se a importância de incluir as categorias raça e classe nos relatórios da Operação Chuva e demais documentos e dados oficiais, a fim de elaborar políticas públicas específicas para esses segmentos, assim como, para a necessária e urgente reforma urbana que precisa ser elaborada com um planejamento democrático que abarque a maioria da população.

Palavras chave: Deslizamento de terra; Operação Chuva; Racismo Ambiental; Espoliação urbana; Salvador-Bahia.

ABSTRACT

The present research is constituted as an investigation of the exploratory type and of qualitative character. Its general objective is to analyze the race/class intersectionality, characterizing the social processes of landslides in the city of Salvador (Bahia), based on the Municipal Program Operação Chuva. To this end, the reports of the aforementioned Program between the years 2015 and 2020 are examined, pointing out the localities affected by landslides, investigating their racial composition based on the database of the Observatório dos Bairros de Salvador and thus identifying the relationships environmental, social and racial in the landslide processes in the capital of Bahia. As a theoretical contribution, the central categories of Environmental Racism and Urban Dispossession were used, in addition to the contributions of Marxism and Urban Sociology and their unfolding from ethnic-racial relations. Thus, it is guided by authors such as: Kowarick (2009); Harvey (2011, 2016); Capella (1996); Acselrad (2004); Maricato (1996, 2001), Carvalho (2008, 2011); Pacheco (2008); Mészáros (2001); Marx and Engels (1977), among others equally important. As a main result, the hypothesis was confirmed that, due to the organic relationship between State and capital, urban planning is not thought of in a democratic way in the city of Salvador, but based on capitalist interests, real estate speculation and the privileged elite. For this reason, the vast majority of landslides in the capital of Bahia occur in territories where the poor and black population live, deprived of the right to the city, while in the mostly white and upper-class neighborhoods, which practically do not appear in the reports on landslides. land, are the best services and safe housing. In this way, it is concluded the importance of including the categories race and class in the reports of Operação Chuva and other documents and official data, in order to develop specific public policies for these segments, as well as for the necessary and urgent urban reform that needs be elaborated with a democratic plan that includes the majority of the population.

Keywords: landslide; Operation Rain; Environmental Racism; Urban spoliation; Salvador, Bahia.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPITULO 1 – DISCUTINDO CONCEITOS	21
1.1 – Território na sociedade capitalista	21
1.2 – Território e Espoliação Urbana.....	24
1.3 – Território como Ambiente: notas sobre o Racismo Ambiental	27
CAPITULO 2 – URBANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO NO CENÁRIO BRASILEIRO	31
2.1 – Do Rural ao Urbano: novas configurações do Território	31
2.2 – Território urbano nacional e a configuração do Racismo Ambiental nas cidades	35
CAPÍTULO 3 – ASPECTOS METODOLÓGICOS.	38
3.1 – Sobre as escolhas.....	38
3.2 – Sobre o processo investigativo.....	40
CAPÍTULO 4 – SALVADOR, UMA CARACTERIZAÇÃO NECESSÁRIA	43
4.1 – A cidade histórica	43
4.2 – Salvador dos anos 2000.....	49
4.3 – Um modelo de planejamento em Salvador	51
CAPÍTULO 5 - OPERAÇÃO CHUVA	54
5.1 – Operação Chuva: sobre o Programa	54
5.2 – Operação chuva: sobre áreas de risco e deslizamento	59
5.3 – Operação chuva: o que apontam os relatórios	62
CONSIDERAÇÕES FINAIS	75
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	77
ANEXOS	81

INTRODUÇÃO

Entre o final do século XX e o início do século XXI, a maioria da população ainda vivia majoritariamente em áreas rurais. Com o desenvolvimento do processo de urbanização, esse número se inverteu. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2015, mais de 80% (oitenta por cento) da população brasileira vive em áreas urbanas. O crescimento populacional nas metrópoles, aliado à falta de uma política habitacional eficaz, provocou uma ocupação desordenada do solo, em que, por falta de outras opções, a população mais precarizada acaba habitando áreas que põe em risco as suas próprias vidas.

No Brasil, o processo histórico de crescimento das cidades tem levado a uma configuração de extrema desigualdade social e de renda, o que resulta em um estado de segregação socioespacial. A cidade de Salvador (Bahia), por exemplo, passou por um processo de modernização excludente, que se refletiu na estrutura e organização urbana, o que envolve centralmente problemas em relação a moradia (PEREIRA, 2008).

Diante do processo de urbanização descrito acima e face as inúmeras e reiteradas tragédias sociais e ambientais, o Sistema Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais existente no país, criou em 2011, através do Decreto Presidencial n. 7.513, o Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais (CEMADEN). Este, opera 24 horas por dia, sem interrupções, monitorando em todo o território nacional as áreas de risco dos 957 municípios classificados como vulneráveis a desastres naturais.

Com as informações produzidas, a Defesa Civil como órgão nos municípios, deve executar ações de prevenção e enfrentamento das situações, que implica em: mapeamento das áreas de riscos, comunicação com a população exposta a esses contextos e treinamento das pessoas para os momentos críticos

Entretanto, em uma pesquisa encomendada pela Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil ao CEMADEN (Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais), em 2022, o quadro é muito trágico: dos municípios com Defesa Civil, 86% não tem equipamento de radiocomunicação; 72% não tem telefones próprios; 67% não tem carros e 30% não tem computadores. Segundo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), 29,7% dos municípios não tem sequer Defesa Civil.

Tais dados indicam um quadro segundo o qual, quem mais precisa de atenção nas zonas urbanas, menos a tem, ou quando tem, realiza-se de forma precária.

Na capital baiana (Salvador), toda essa lógica afeta diretamente a população que vive nas periferias e habitações precárias, que são majoritariamente as pessoas negras. Estas, sofrem no espaço urbano um processo duplo de racismo ambiental e espoliação urbana. Em outras palavras, quando se observa o que ocorre na cidade de Salvador em dias de chuva, os boletins da CODESAL (Defesa civil de Salvador) e os relatórios da “Operação Chuva”, fica nítido o processo de espoliação urbana e racismo ambiental que atinge os bairros mais populares cuja população é mais precarizada e racializada.

O problema não é a chuva, mas sim uma *cidade apartheid* na qual um fenômeno natural como a chuva é sentido de forma diferente pela população rica e pobre, branca e negra. Em que as notificações vão desde alagamento, perda de móveis, a deslizamento de terras e casas, provocando assim, diversos acidentes e mortes de pessoas, como acontece ano após ano.

Segundo o estudo “População em áreas de risco”, realizado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) em 2018, quase metade da população soteropolitana vivia em áreas com possibilidades de deslizamento de terra e desabamento. Em números absolutos, é a cidade do Brasil que mais tem pessoas morando em zonas de riscos, com mais de 1 milhão e 200 mil pessoas nessas condições, o que representa cerca de 45,5% da população total do município, de acordo com o último censo. Além disso, a defesa civil de Salvador

aponta que a cidade tem 400 áreas de riscos, com mais de mil pontos de perigo, e por isso, “colecciona” diversos episódios trágicos, sendo quase todos em áreas periféricas.

O programa municipal “Operação chuva” é uma iniciativa da Prefeitura de Salvador desde 2015, de contenção de danos, que atua nos meses de março a junho, período em que a capital baiana registra os maiores índices de chuva e que ocorrem mais acidentes relacionados a moradias em áreas de risco. A defesa civil monitora a pluviosidade da cidade, a partir dos índices pluviométricos registrados pelo Instituto de Meteorologia e pelos pluviômetros automáticos instalados próximos às áreas mapeadas como locais de riscos de “desastres naturais”

As ocorrências sobre as moradias em áreas de riscos, sobretudo nesse período, são diversas, tais como: ameaça de desabamento; ameaça de deslizamento; deslizamento de terra; desabamento de imóvel; alagamento; galho de árvore caído; poste ameaçando cair; pista interrompida; infiltração, entre outros, é o que aponta o Relatório final da Operação Chuva 2015.

Em relação aos deslizamentos de terra, nesse mesmo ano, no dia 27 de abril, aconteceu um dos mais fatais deslizamentos na cidade, em Barro Branco, próximo à Avenida San Martin. O episódio deixou 11 (onze) pessoas mortas e 02 (duas) feridas. Em 2020, Salvador registrou recorde de chuva em 36 (trinta e seis) anos. Apesar dos números fatais não chegarem perto dos incidentes de 2015, ainda assim, famílias perderam casas e entes queridos. Em 23 de abril no bairro de Águas Claras, um deslizamento de terra atingiu uma casa em que, pelo menos, quatro moradores ficaram soterrados, duas delas vindo a óbito – uma mulher de 41 (quarenta e um) anos, e sua neta, de 4 (quatro) meses.

Os dados apresentados pela CODESAL na Operação Chuva e pelo IBGE são muito importantes para observarmos as áreas de riscos e a partir disso, pensar políticas públicas para superar essa dura realidade. Todavia, ambos órgãos não apresentam um olhar racializado em suas elaborações nesse tema, não utilizando a categoria raça/etnia para categorizar os dados. Em um país racista como o Brasil, e na cidade de Salvador considerada proporcionalmente

a mais negra fora do continente africano, a falta dessa categoria implica em uma análise limitada da realidade.

Com o aumento da densidade populacional nas metrópoles, as pesquisas que envolvem ocupação do solo, moradia e direito à cidade se tornam ainda mais importantes atualmente. A presente pesquisa é relevante porquê busca compreender os deslizamentos de terra na cidade de Salvador a partir da relação entre racismo ambiental e espoliação urbana, fazendo uma análise do programa municipal Operação Chuva, e por isso, se diferenciando de qualquer outra pesquisa com tema similar.

Os dados que os órgãos oficiais apontam sobre os processos de deslizamento de terra na capital baiana, não consideram o fator raça/etnia, o que torna essa análise limitada, visto que o processo de ocupação desordenada do solo tem total relação com o cruzamento das categorias raça e classe, sobretudo em Salvador que é uma das cidades do mundo com maior população negra.

Além disso, é fundamental compreender os mecanismos que o Programa Municipal Operação chuva tem implementado para combater esses deslizamentos de terra, observando as suas potências e limitações, além de analisar o processo de planejamento urbano da cidade de Salvador.

De tal modo, essa pesquisa busca avançar a reflexão, analisando os processos de deslizamento de terras na cidade de Salvador, a partir do Programa Municipal Operação Chuva e dos conceitos chaves de racismo ambiental e espoliação urbana. Assim, seu objetivo geral, consiste em analisar os processos sociais de deslizamento de terra na cidade de Salvador, a partir do Programa Municipal Operação Chuva (2015 – 2020) e da interseccionalidade raça/classe, utilizando a demografia dos bairros de Salvador para categorizar a raça/etnia das populações de cada bairro envolvido nos deslizamentos. Como objetivos específicos pretendeu-se: analisar os aspectos sociais dos deslizamentos de Terra em Salvador a partir do programa municipal Operação Chuva; examinar os objetivos e ações do Programa; Investigar a relação de raça/etnia nos principais incidentes de deslizamento de terra entre 2015 a 2020 a partir da demografia dos bairros; identificar as relações ambientais e sociais

nos processos de deslizamento de terra na cidade de Salvador e analisar o atual modelo de planejamento urbano de Salvador e sua relação com os deslizamentos de terra.

A organização desse relatório de pesquisa, apresenta-se através de 5 (cinco) capítulos, além das considerações finais e bibliografia.

No capítulo I, encontra-se uma revisão teórica a respeito dos conceitos de racismo ambiental e espoliação urbana, além de pautar-se em aportes do marxismo e da Sociologia Urbana e seus desdobramentos a partir das relações étnico raciais. De tal modo, pauta-se em autores tais como: Kowarick (2009); Harvey (2011, 2016); Capella (1996); Acselrad (2004); Maricato (1996, 2001), Carvalho (2008, 2011); Pacheco (2008); Mészáros (2001); Marx e Engels (1977), dentre outros igualmente importantes.

Em continuidade ao suporte teórico, o capítulo II traz uma discussão sobre o processo de urbanização do território no cenário brasileiro, bem como, da existência do racismo ambiental na consolidação desse processo.

No Capítulo III, encontram-se os aspectos metodológicos que embasaram o desenvolvimento dessa investigação: as escolhas técnicas e algumas inferências sobre o processo investigativo.

No capítulo IV, caracteriza-se a cidade de Salvador da sua fundação até os dias atuais, bem como, discute-se o atual modelo de planejamento urbano da capital baiana.

No capítulo V, contextualiza-se as ocorrências de deslizamentos de terras em Salvador a luz dos relatórios do Programa Municipal Operação Chuva (2015 – 2020). No capítulo em questão, utilizam-se as categorias teóricas para verificar os dados apresentados e especialmente os dados não considerados, o que possibilitou a elaboração das conclusões dessa investigação.

Por fim, apresentam-se as considerações finais e as referências bibliográfica utilizadas.

CAPITULO 1 – DISCUTINDO CONCEITOS

1.1 – Território na sociedade capitalista

Ainda que a Geografia, a História, a Sociologia, a Ciência Política, a Antropologia e outras áreas afins se debrucem sobre o conceito de Território e tenham muitas similaridades, também existem diferenças em seus estudos. De tal modo, o conceito de Território assume múltiplos significados a partir da sua localização, área de estudo, assim como também, de seu tempo histórico. Portanto, o próprio conceito evoluiu nos mais diversos estudos ao longo do tempo, e inclusive, a depender do modo de produção vigente.

Por muitos anos, a Geografia – que historicamente é a principal área de estudo sobre território e territorialidade – entendeu o território como um conceito que delimita o território nacional, com fronteiras, restringindo esse termo ao debate de delimitação de uma área. Posteriormente, se deslocou dessa visão de base apenas material, para compreender o território como um espaço que integra elementos culturais, econômicos, sociais e políticos. Aqui, o objetivo é apontar o conceito de território a partir dessa dimensão política atrelado ao poder e elementos próprios do sistema capitalista.

Para explicar o conceito de território, é importante apontar também o de espaço, comumente vistos como sinônimos. Entretanto, segundo Raffestin (1993), o espaço antecede o território. Ou em outras palavras, o território “nasce” a partir do espaço, no momento que há a apropriação material e simbólica daquele espaço pelos sujeitos.

Nesse sentido, sociologicamente, resgatando a teoria marxista, é possível afirmar que a produção do território também está ligada ao trabalho, a partir do processo de transformação da natureza e conseqüentemente, de transformação do espaço em território. (MARX e ENGELS, 1977)

Na mesma esteira, Lefebvre (2016) traduz Territorialização como fruto da transformação do espaço pelo indivíduo ao longo da história, modificado pelas relações de trabalho e de poder, sendo constituído por um conjunto de relações entre os indivíduos e seu ambiente natural. É nesse “novo espaço”, que também se desenvolve as relações sociais.

Ao mesmo tempo, a construção do território em uma sociedade capitalista, permeada por estratificação e luta de classes, é cheia de contradições. Oliveira (2004) aponta que são as relações sociais de produção, a reprodução do capital mediada pela superestrutura, e a função reguladora do Estado que dão a configuração histórica de um território. Em outras palavras, o autor também entende que o território é “produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua existência” (OLIVEIRA, 2004, p.62).

O Estado, em sua função reguladora, submetido a lógica do capital, divide o território de forma desigual. Harvey (2006), a partir da perspectiva da Teoria do Desenvolvimento Geográfico Desigual, aponta que a dinâmica de acumulação e a lógica do capital impõe uma divisão na territorialização do espaço entre centro e periferia, reproduzindo a lógica do antagonismo das classes.

Harvey (2006) também entende a cidade, da forma que é constituída atualmente, cheia de desigualdades, como um produto próprio do modo de produção capitalista. A desigualdade é um elemento intrínseco do capitalismo. Nesse sentido, o Estado, de caráter capitalista, organiza o espaço urbano, organiza o território, a partir da lógica do desenvolvimento geográfico desigual, pois esse próprio Estado é a principal ferramenta da organização do espaço em favor da acumulação do capital.

De tal modo, ao observar a urbanização da cidade na sociedade capitalista, é nítida a divisão desigual do espaço urbano e o apartheid social. Nos locais de maior investimento do capital, como o centro da cidade ou áreas nobres, há concentração de serviços, moradias bem estruturadas, mais segurança e maior efetividade de direitos sociais. Por outro lado, nas periferias,

onde o investimento é quase nulo – do capital e do Estado – as condições de vida são precárias, relegando os direitos sociais e coletivos à pequenas possibilidades.

O Estado, assim, cumpre um papel central e histórico no processo de urbanização, sobre vários aspectos. O principal deles, para esta investigação, refere-se a questão de moradia. Engels (2015) apontava que a ausência de moradia é um produto necessário na urbanização capitalista, pois com escassez de moradia, o trabalhador depende exclusivamente do salário para garantir suas condições de reprodução. Nesse sentido, a forma como o Estado estrutura a urbanização responde aos interesses e ambições capitalistas.

Dessa forma, também é possível afirmar que a presença e a ausência do Estado nos territórios determinam a sua estrutura.

Marques e Bichir (2001) apontam que as literaturas sociológicas e urbanas dos anos 1970 e 1980 caracterizam as periferias brasileiras pela quase completa ausência do Estado. Assim, no processo de urbanização, o Estado é o responsável pela reprodução da dinâmica capitalista, a partir dos investimentos, gastos e políticas públicas para cada território.

Há também situações em que o investimento do Estado busca equalizar possíveis desigualdades sócio espaciais. Porém, Mézàros (2011) ao apontar as relações orgânicas existentes entre capital e Estado, entende que o Estado no máximo atua como agente remediador das contradições, pois pelo seu próprio caráter de classe, não atua de forma que impacte a reprodução do sistema do capital. Em outras palavras, como já apontado acima, o Estado no processo de urbanização é orientado pelo seu papel de facilitar a acumulação e expansão do capital. Por isso, não consegue responder aos anseios da população de ter um Estado que equilibre estruturalmente as desigualdades sociais e organize a cidade a partir de um planejamento democrático.

1.2 – Território e Espoliação Urbana

O conceito de Espoliação Urbana do autor Lucio Kowarick, cientista político brasileiro, foi formulado na década de 70 em um contexto no qual as Ciências Sociais passaram a se debruçar mais sobre a realidade e contradições expressas nas cidades, tendo a Sociologia Urbana como um campo que busca compreender as relações sociais dentro do espaço urbano e todas as suas contradições decorrentes dos processos de urbanização.

De tal modo, uma nova Sociologia Urbana, de fonte marxista, propôs uma nova leitura da questão urbana, apontando o papel da acumulação capitalista, do Estado e dos meios de consumo coletivo. Esses novos estudos enfatizaram a relação do capitalismo e a maneira como moradores e trabalhadores se organizavam para enfrentar os desafios da cidade, caracterizados pela segregação e espoliação urbana.

Autores importantes e clássicos como Castells; Harvey; Lefebvre; contribuíram bastante para os estudos urbanos, a partir de reflexões sobre desigualdades econômicas, conflitos, violência, cidadania e direito à cidade, compreendendo o espaço urbano como um verdadeiro palco das problemáticas sociológicas modernas.

Assim, Kowarick buscou compreender a Espoliação Urbana como um fenômeno no qual os trabalhadores e população precarizada são submetidos a uma somatória de extorsões operadas pela inexistência ou precariedade de serviços básicos e coletivos no contexto urbano. São inúmeras as manifestações dessa situação espoliativa, que vão desde as péssimas condições dos transportes urbanos e falta de moradia digna, à inexistência de condições ambientais, sociais, econômicas e culturais para determinadas parcelas da população (KOWARICK, 2000).

A perspectiva de Kowarick (2000) entende a vida urbana como expressão múltipla de processos macroestruturais, em que a própria luta de classes

expressa na cidade as desigualdades e explorações da classe trabalhadora, principalmente na equação trabalho *versus* moradia, estando associados às formas de produção material e reprodução da vida social, sugerindo a não separação dessas duas esferas.

Nesse sentido, a vida urbana atinge um caráter contraditório, a partir dos processos sociais de acumulação e segregação que existem, sobretudo nas metrópoles, sendo este um lugar por excelência de expansão do capital imobiliário. Por isso, é possível afirmar que o surgimento de periferias é a expressão mais nítida da estratificação e segregação sócio espacial da classe. (KOWARICK, 2000).

Partindo dessa leitura da realidade, é preciso avançar também no entendimento de outros conceitos que são fundamentais para compreender o processo da espoliação urbana, como a ideia de subcidadania e conseqüentemente exclusão social. Para Kowarick, a subcidadania é um processo político que produz uma concepção de ordem estreita e excludente, em que o ordenamento jurídico-institucional “ao desconhecer a realidade socioeconômica da maioria, nega o acesso a benefícios básicos para a vida nas cidades”. (KOWARICK, 2000, p.10)

Na cidade, o Estado, a partir do investimento público, direciona esses recursos para áreas onde vivem e trabalham os grupos de renda média e alta, gerando grande parte das condições gerais necessárias para o processo de acumulação se reproduzir em escala ampliada. É nesse contexto que ocorrem as contradições urbanas, pois os investimentos públicos são realizados para uma menor camada de privilegiados, em detrimento da grande massa dos trabalhadores. Kowarick classifica esse setor como “cidadãos de primeira classe”, com indivíduos cuja renda não ultrapassa 5% da população economicamente ativa. (KOWARICK, 2000).

Em contrapartida, “o cidadão de terceira classe”, corresponde a majoritária parcela com remuneração irrisória, com milhões de analfabetos e semianalfabetos, que moram em cortiços, favelas, periferias, ou outras

denominações que correspondem as habitações precárias que conglomeram cerca de 70% da população brasileira. (KOWARICK, 2000).

Harvey (2011) avança na leitura da realidade e contribui para pensar a espoliação urbana como parte de um processo do próprio desenvolvimento do capitalismo nos países periféricos e suas contradições estruturais. Kowarick (2000) parte da mesma leitura marxista para afirmar que a moradia – sobretudo nas metrópoles do subdesenvolvimento industrializado – constitui um elemento primordial no processo de inclusão-exclusão na vida dos trabalhadores.

Essa leitura cumpre um papel importante de alargar a noção de exclusão social e econômica, pois parte não apenas da materialidade objetiva consequente do processo da venda de força de trabalho, mas como também o próprio acesso aos bens de consumo coletivo nas cidades, reafirmando a noção de espoliação urbana que resulta nessa somatória de extorsões que em outras palavras, “é retirar ou deixar de fornecer a um grupo, categoria ou classe o que estes consideram como direitos seus”. (KOWARICK, 2000, p. 107).

Somando-se a essa linha de análise é igualmente importante reivindicar o conceito de vulnerabilidade para a discussão.

Autores tais como Marandola Jr. e Hogan (2005) partem de uma análise da vulnerabilidade compreendendo os perigos naturais que determinada população sofre em seu local de habitação. Para os autores, o elemento fundamental para a categorização é a capacidade que esta população tem em responder aos perigos que enfrentam cotidianamente. Nesse sentido, Kowarick (2000) soma o conceito de vulnerabilidade ao debate da espoliação.

A partir dessas análises é possível compreender o papel que as cidades assumiram desde o fim do século XX no Brasil, pois foram reconfiguradas por uma perspectiva neoliberal que reorientou as relações entre capital, Estado e sociedade. Assim, como consequência, nasce uma cidade que passa a ser regulada pelas necessidades do capitalismo de acumulação e circulação do capital, em detrimento da garantia de melhores condições de vida à maioria da população, causando um processo intenso de espoliação urbana. (VAINER, 2013, p.37; KOWARICK, 2000).

De tal modo, é possível abordar a expansão capitalista brasileira como diretamente vinculada ao alargamento da pobreza. Em uma perspectiva desigual e combinada, a riqueza e miséria constituem tramas de uma mesma história. A cidade então, se apresenta como um verdadeiro apartheid social, refletindo a divisão de classe e raça expressa na ausência ou na precariedade da moradia, aliada a privação dos serviços públicos.

1.3 – Território como Ambiente: notas sobre o Racismo Ambiental

Somente a partir do século XX a problemática do debate ambiental passa a ocupar as discussões acadêmicas, políticas e opiniões públicas. Ainda assim, as narrativas dos movimentos ambientalistas centravam-se tão somente sobre as conservações dos espaços ambientais, como fauna e flora. Com o passar dos anos, a discussão evoluiu para a compreensão dos impactos na vida dos distintos seres humanos, considerando também, as desigualdades entre estes.

Entre a década de 70 e 90, sobretudo nos Estados Unidos, urge um movimento inovador que parte do debate ambiental para pautar o interesse da população, das periferias e centros urbanos, conectando a pauta ambientalista às lutas de caráter social e territorial. É nesse sentido que surgem movimentos que chamam por “justiça ambiental”, “igualdade ambiental”, e contra o “racismo ambiental”. (CAPELLA, 1996).

De tal modo, chega-se ao conceito de Racismo Ambiental, cunhado pelo ativista negro Benjamin Franklin Chavis Jr em 1981 no contexto das lutas dos direitos civis nos EUA, e que aponta sobre as injustiças ambientais em um contexto racializado. Refere-se a como determinados grupos étnicos são espoliados dos direitos socioambientais e expostos as mais nocivas formas de precarização, como falta de saneamento básico, falta de água potável e falta de moradias que resistam a chuvas e enchentes.

Em 1987 o próprio Chavis Jr. coordenou uma pesquisa pela comissão de justiça racial da *United Church Christ*, em que se concluiu que “a composição racial de uma comunidade é a variável mais apta a explicar a existência ou inexistência de depósitos de rejeitos perigosos de origem comercial em uma área”. Além desses, outros estudos passam a ser desenvolvidos a partir da constatação de que a distribuição dos depósitos de resíduos químicos perigosos correspondia a distribuição territorial das etnias pobres nos Estados Unidos. Essas situações, que se tornaram objeto de luta social e do movimento negro, deram maior peso e veracidade ao termo do racismo ambiental. (JEFFREUS *apud* CAPELLA, 1996: 331).

Apesar de cunhado nos Estados Unidos, é um conceito que extrapola realidades locais, pois as situações de racismo ambiental são reproduções da própria organização social desigual, em que a maioria da população é destituída do direito à cidade, no caso do meio urbano, enquanto uma minoria desfruta de privilégios. No Brasil, a população negra representa essa parcela significativa da população diretamente atingida pelo racismo ambiental e pela negação de direitos. (PACHECO, 2008)

Pode-se dizer também, que o racismo ambiental é um dos desdobramentos do racismo institucional, visto que, há uma omissão em relação a políticas públicas que equilibrem as desigualdades sociais e raciais em um contexto ambiental. A partir das elaborações do intelectual Silvio Almeida, em seu livro “O que é racismo estrutural”, entende-se que o racismo institucional aparece a partir da relação estabelecida entre racismo e Estado. Essa visão, em alguma medida, coloca as discussões sobre relações raciais em outro patamar, pois aponta que o racismo não se resume a comportamentos individuais, mas que também é tratado “como resultado do funcionamento das instituições, que passam a atuar em uma dinâmica que confere, ainda que indiretamente, vantagens e privilégios a partir da raça” (ALMEIDA, 2018)

É importante salientar que, o racismo institucional e conseqüentemente ambiental não diz respeito apenas as ações que tem intenção racista, mas sobretudo, aquelas que têm um resultado e um impacto racista,

independentemente de seu objetivo inicial. (ROBERTS, J. T.; TOFFOLON-WEISS, 2004).

Nesse caso, as condições de vida das populações em áreas de risco de deslizamento de terra, são marcadas pelo racismo institucional e ambiental que impõe a população mais precarizada, majoritariamente negra, a destituição de direitos básicos. Isso acontece devido ao fato de que, a tomada de decisões ambientais, o planejamento urbano da cidade, não considera esse grupo em suas elaborações, promovendo assim, uma condição vulnerável e desigual no uso do solo e nos padrões habitacionais.

Consoante Bullard (2004), o racismo atua como um fator de distribuição seletiva das pessoas no seu ambiente físico, influenciando no uso do solo e nos padrões de habitação. No território urbano, Souza (2008) observa que a criação de desigualdades socioespaciais em termos de infraestrutura e moradia, devido a um planejamento urbano desigual, é potencializado pelo racismo, pois favorece moradores de alta e classe média, em geral privilegiados racialmente, ao passo que promove a segregação urbana de grupos não brancos, precarizados socialmente. Essa relação entre problemas sociais e a degradação ambiental, especialmente em cidades brasileiras, geram tragédias socioambientais provenientes de desmoronamentos, deslizamentos de terra, enchentes, poluições, entre outros.

As desigualdades e os conflitos proveniente delas, tornam-se importantes por desnudarem contradições dos modelos de desenvolvimento urbano e da própria estrutura da sociedade (ZHOURI, LASCHEFSKI e PEREIRA, 2005). No caso do racismo ambiental, estas contradições têm a ver com as políticas, práticas e diretrizes ambientais que afetam de forma desproporcional, independente de intenção, indivíduos, grupos e comunidades com base na raça ou na cor (BULLARD, 2004)

Dessa forma, é possível entender que o racismo ambiental produz nas cidades uma distribuição desigual e seletiva das pessoas em seu ambiente, influenciando o modelo de uso da terra urbana, padrões construtivos das habitações, além do acesso a bens e serviços. Como aponta Aguiar (2015), essa

realidade pode ser observada, tanto nas favelas brasileiras, quanto nos subúrbios da África do Sul ou dos EUA.

Essa ideologia disseminada tem muitos impactos e encobre vários problemas. Para Ferreira (2002), em função disso, a população negra encontra-se submetida a um processo em que as condições de existência e o exercício de cidadania tornam-se muito mais precários com relação à população branca, como é o caso das condições de moradia.

Dessa forma, o conceito de racismo ambiental é fundamental para compreender a realidade “nas encostas das favelas” brasileiras em que as condições de moradia são espoliadas da população pobre, sobretudo negra, que por falta de condições, coloca a própria vida em risco sem habitações e estruturas que garantam a sua reprodução social de forma segura. É a partir desse conceito, aliado a outros importantes, que é possível entender a relação do racismo a partir da discussão do território, do meio ambiente, da moradia e do direito à cidade, pois a “a desigualdade ambiental tem especificidade racial” (ACSELRAD, 2004, p. 31)

CAPITULO 2 – A URBANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO NO CENÁRIO BRASILEIRO

2.1 – Do Rural ao Urbano: novas configurações do Território

No Brasil, até os anos de 1950, a população vivia predominantemente nas áreas rurais. Com o desenvolvimento da industrialização, o país criou suas próprias condições para o fortalecimento das cidades, e essa realidade começou a se inverter.

Em 1940, apenas 31,2% (trinta e um vírgula dois por cento) da população brasileira vivia no setor urbano¹. Com o desenvolvimento da industrialização, o êxodo rural – movimento de migração do campo para cidade – se intensificou ao longo dos anos, como mostra o gráfico abaixo.

Gráfico 1 – Taxa de Urbanização Brasileira



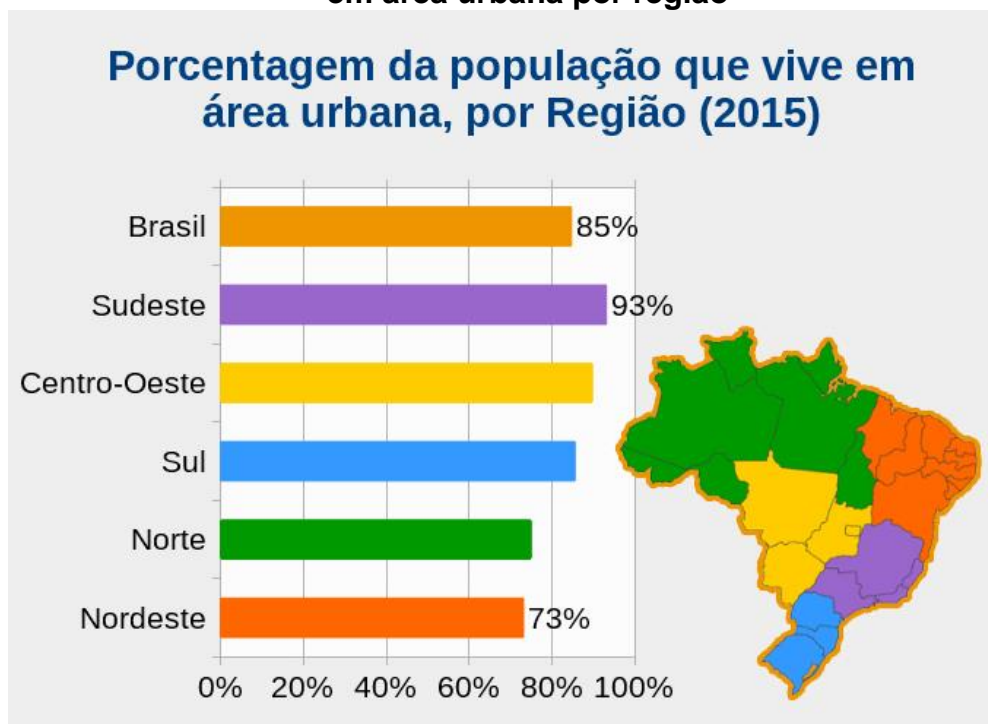
Fonte: IBGE, 2010

¹Urbanização vai de 31% em 1940 a 81%

É possível perceber que, pela primeira vez no Brasil, nos anos de 1970, viviam mais pessoas nas cidades do que no campo. Esse processo ocorreu principalmente devido a industrialização acelerada, que atraiu pessoas do campo para cidade em busca de empregos e melhores condições de vida, respondendo ao chamado de mão de obra que o capital necessitava.

É importante salientar que esse desenvolvimento das cidades e da industrialização não foi uniforme em todo país. Havia maior concentração de indústrias na região Sudeste e menor na região Nordeste, o que foi responsável tanto por migrações do Nordeste do país para o Sudeste, como também, pela desigualdade no processo de industrialização e urbanização até os dias de hoje. Enquanto a média da população brasileira que vive no meio urbano é de 85%, na região Sudeste é de 93% e no Nordeste 73% (setenta e três por cento), segundo dados da PNAD de 2015, também exemplificadas no gráfico abaixo.

Gráfico 2 – Porcentagem da população que vive em área urbana por região



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de domicílios (PNAD), 2015.

Ainda assim, o rápido processo de industrialização causou uma explosão populacional nas cidades e teve como consequência inúmeros elementos, como: a) segregação urbana, pois a população recém migrada não tinha condições de habitar os locais mais próximos dos centros urbanos; b) como consequência disso, ocorre o processo de favelização, a partir da construção de habitações irregulares e em áreas de riscos; c) desemprego e subemprego, a partir da aliança entre falta de qualificação profissional e quantidade insuficiente de vagas; d) aumento da desigualdade social, e conseqüentemente também da pobreza e violência.

Esse breve panorama histórico é importante para compreender como se iniciou o processo de industrialização no Brasil, e posteriormente também, o desenvolvimento do Planejamento Urbano, tanto no país quando na cidade de Salvador e suas conseqüências para os territórios e moradia. Assim, cabe perguntar, o que é planejamento urbano e como se estrutura as cidades no Brasil hoje a partir dessa ótica.

Nesse sentido, o conceito de planejamento urbano refere-se ao processo de criação, modificação e desenvolvimento de um determinado projeto que atue no ambiente urbano a partir da produção, estruturação e apropriação de um território, visando melhorar a qualidade de vida da população dessas áreas urbanas, como cidades. (ANTONELLO, 2019)

A execução de um planejamento urbano é de responsabilidade dos profissionais da área, que, em geral, são contratados pelo Estado. No processo de elaboração, cria-se o plano diretor, que é uma forma de planejamento daquela área, e constitui-se como uma política pública para o ordenamento daquele território. Em outras palavras, o plano diretor analisa a cidade como ela é e planeja como ela deveria ser, pensando qual melhor forma de localizar os principais elementos de uma cidade, como comércio, transporte público, escolas e moradia, para melhorar a qualidade de vida daquela população. (ANTONELLO, 2019)

A ideia do planejamento urbano é muito interessante. O problema é que existe um abismo entre a teoria e a prática. Considerando que o Estado é regulador desse planejamento e que esse mesmo Estado é submisso ao capital, o que ocorre na prática é que o objetivo primário de melhorar a qualidade de vida da população é deixado de lado para que a cidade seja planejada em torno da melhora de poucos, daqueles que lucram com a especulação imobiliária; com construções de espaços de luxo que prejudicam outras habitações ou o meio ambiente; e sem solucionar problemas crônicos como trânsito, poluição e moradia.

Segundo Ferrari (2004), o planejamento urbano no Brasil foi baseado em critérios de racionalidade e caráter exclusivamente técnico, não existindo nenhuma forma de participação da sociedade nas discussões, sendo o espaço urbano submetido a normas e padrões que perpetuavam a reprodução do capital. Nesse sentido, o intuito desse planejamento urbano brasileiro seria o de tentar manter as cidades curvadas às necessidades do capitalismo.

Na teoria, o planejamento urbano no Brasil foi construído a partir de instrumentos urbanísticos, como os Planos Diretores e Lei de uso e ocupação do solo, que buscariam solucionar as mazelas sociais. Porém, em sua execução, esses planos só foram utilizados para guiar a orientação do ambiente construído, não enfrentando as questões sociais, econômicas e políticas existentes. Maricato aponta que:

Um dos motivos pelo qual isso acontece é que entre a Lei e sua aplicação há um abismo que é mediado pelas relações de poder na sociedade. É por demais conhecido, inclusive popularmente, no Brasil, o fato de que a aplicação da lei depende de a quem ela (a aplicação) se refere. Essa “flexibilidade” que inspirou também o “jeitinho brasileiro” ajuda a adaptar uma legislação positivista, moldada sempre a partir de modelos estrangeiros, a uma sociedade onde o exercício do poder se adapta às circunstâncias. (MARICATO, 2001, p. 42)

Souza (2002) também aponta que a partir da década de 90 houve uma crescente narrativa da ideologia neoliberal. Nesse sentido, o planejamento urbano que detém uma visão mais social perde força, pois ganha espaço a

perspectiva que aponta a necessidade da não intervenção estatal, para justamente, apontar como solução que as economias de mercado devem “resolver” os problemas urbanos e sociais da cidade. Essa narrativa é embasada no discurso desenvolvimentista, apoiado por estratégias empreendedoras, que cumprem o papel histórico de subserviência ao capital, na contramão de um planejamento que realmente beneficie a maioria da população.

Essa ideologia neoliberal, fez com que a cidade se tornasse, cada vez mais, uma mercadoria, como aponta Vainer ao dizer que “a cidade é uma mercadoria a ser vendida, num mercado extremamente competitivo (...) uma mercadoria de luxo, destinada a um grupo de elite de potenciais compradores: capital internacional, visitantes e usuários solváveis.” (VAINER, 2000, p. 78-83).

Assim, é possível perceber que o planejamento urbano adotado no Brasil hoje, é historicamente permeado pela falta de caráter social, que destine esse planejamento para melhorar as condições de vida da população, pois a sociedade civil fica refém da interdependência existente entre o Estado, os meios de produção e acumulação do capital, que constroem uma cidade mercadoria, voltada aos interesses da elite e da especulação imobiliária.

De tal modo, os estudos sobre o urbano e a urbanização tem cada vez mais tido centralidade nas pesquisas e elaborações científicas, sobretudo no século XXI em que a cidade ganha novos contornos e importância para a reprodução da humanidade.

1.2 – Território urbano nacional e a configuração do Racismo Ambiental nas cidades

Ao longo do território urbano nacional, uma paisagem não é incomum: moradias precárias e amontoadas onde serviços públicos como saneamento básico, segurança pública, saúde e transporte não são garantidos, ou seja, uma

violação do gozo de direitos. Vale ressaltar que a falta de direitos não causa apenas consequências na dificuldade de acesso aos serviços, mas, no caso das moradias precárias, estas possuem características físicas inadequadas para este tipo de ocupação, tornando suas habitações espaços totalmente inseguros para a vida cotidiana.

De tal modo, ao contextualizar o urbano nacional, percebe-se a falta do planejamento urbano em seu sentido original, de pensar e construir a cidade para a maioria.

Maricato (1996), aponta que o número de pessoas que vivem nas favelas é muito maior do que mostram as pesquisas e que a exclusão existente “é um todo”, pois é territorial, ambiental, econômica, racial, cultural, etc. Nas palavras da autora, o solo ilegal parece constituir a base para uma vida ilegal e esquecida pelos direitos e benefícios urbanos. É ali, também, que os moradores estão mais sujeitos à violência, que é medida em número de homicídios.

Assim, reforça-se a ideia de um planejamento voltado às elites e ao capital, onde a especulação imobiliária reparte a cidade de forma desigual, restando a população pobre e negra, as migalhas do bolo, ou melhor, o “quarto de despejo”².

Em relação a categorização que envolve o meio ambiente, percebe-se que a localização das favelas e periferias se dão mais frequentemente em áreas ambientalmente frágeis, como córregos, áreas de mangue, propícios a deslizamento de terra, encostas íngremes, e até mesmo, áreas de proteção ambiental. Isso não é coincidência, tem a ver com a falta de interesse do mercado imobiliário sob essas áreas. Em outras palavras, “são as que sobram”, e, na medida que são descartadas pelo mercado legal, deixam de ser interessantes também ao poder público. (VILLAÇA, 1999; MARICATO, 1999).

Assim, ao analisar a realidade brasileira e interpretá-la a luz dos conceitos, sobretudo a partir da perspectiva da organização do território urbano e sua relação com a variável raça, é possível pensar em: racismo estrutural; racismo

² Referência ao termo utilizado por Maria Carolina de Jesus em o livro “Quarto de despejo”, que retrata a vida cotidiana na favela do Canindé (SP).

ambiental e racismo institucional; todos permeiam a vida de pessoas negras que vivem nas cidades.

De acordo com a Declaração da Rede Brasileira de Justiça ambiental em 2001, a justiça ambiental é definida como um mecanismo pelo qual sociedades desiguais, do ponto de vista econômico e social – cabe aqui também incluir, racial - destinam a maior carga dos danos socioambientais às populações de baixa renda, aos grupos sociais discriminados, aos povos étnicos tradicionais, aos bairros operários, ou seja, às populações marginalizadas e vulneráveis.

Em 2005, quando ocorreu o I Seminário Brasileiro contra o Racismo Ambiental, foi definido que “*chamamos de Racismo Ambiental às injustiças sociais e ambientais que recaem de forma implacável sobre grupos étnicos vulnerabilizados e sobre outras comunidades, discriminadas por sua ‘raça’, origem ou cor*”.

De tal modo, no contexto brasileiro, o racismo ambiental torna-se um conjunto de ideias e práticas das sociedades e seus governos, que aceitam a degradação ambiental e humana, com a justificativa da busca do desenvolvimento e com a naturalização implícita da exploração de determinados grupos e seus territórios. Esses grupos sociais discriminados, os povos étnicos tradicionais ou os que vivem em bairros segregados, são respectivamente, ribeirinhos, marisqueiras, pescadores, indígenas, quilombolas, e população negra em geral, seja rural ou urbana. (HERCULANO, 2006)

Em uma pesquisa do Instituto Locomotiva, em parceria com o Data Favela e a Central Única das Favelas (Cufa), no ano de 2021, aponta que cerca de 70% das pessoas que vivem nessas áreas, são negras. O presidente da Cufa, Preto Zezé, em entrevista à CNN Brasil³ fala, em outras palavras, o que vem sendo paulatinamente desenvolvido neste trabalho: “as favelas sofrem com as condições de habitação, as problemáticas de acesso à água e saneamento básico. A fome é muito presente (...) o fundamental é que as pessoas que moram em favelas sejam consideradas cidadãs, o que não acontece”.

³ Grande parte da população brasileira vive em favelas

CAPÍTULO 3 – ASPECTOS METODOLÓGICOS

3.1 – Sobre as escolhas

A pesquisa científica tem como objetivo fundamental conferir veracidade aos fatos e objetos estudados. Portanto, o método científico é o caminho para definir as diretrizes ao qual o trabalho será desenvolvido a partir de suas técnicas de pesquisa, e assim, apresentar um grau de confiabilidade em seus resultados alcançados. Para tanto, é necessário classificar a pesquisa de acordo com sua natureza, os seus objetivos, sua maneira de abordar o problema, e os procedimentos metodológicos utilizados.

Essa pesquisa é do tipo Exploratória, em virtude de seu foco inédito. Sobre a abordagem, há duas formas centrais de abordagem de pesquisa, a qualitativa e a quantitativa. A presente pesquisa é de ordem qualitativa pois pretende investigar o objeto de estudo a partir da sua realidade social, por meio da história, dos significados, dos motivos, dos valores e das atitudes dos atores sociais (Minayo, 2013). Em outras palavras, a pesquisa qualitativa tem como objetivo compreender as relações e seus contextos sociais, culturais, econômicos e institucionais.

Sobre a pesquisa qualitativa Marli André afirma: “o que esse tipo de pesquisa visa é a descoberta de novos conceitos, novas relações, novas formas de entendimento da realidade”. (ANDRÉ, 1995, p. 30).

Godoy (1995, p. 58) aponta também que “sob a denominação de pesquisa qualitativa encontram-se variados tipos de investigação, apoiados em diferentes quadros de orientação técnica e metodológica, tais como o interacionismo simbólico, a etnometodologia, o materialismo dialético e a fenomenologia”.

Outra característica da abordagem qualitativa é a utilização de variadas técnicas de coleta de dados: pesquisa bibliográfica; análise documental; observação participante; e entrevistas, a fim de obter o maior grau de confiabilidade e precisão.

Godoy (1995a) endossa essa afirmação ao apontar que o desenvolvimento da pesquisa qualitativa gerou uma grande diversidade de métodos de trabalho, estilos de análise e a apresentação de resultados e diferentes considerações quanto aos sujeitos, tendo, porém, como técnica mais comum, a análise de conteúdo.

De tal modo, operacionalmente, a coleta dos dados desta pesquisa se dará através de análise de conteúdo de documentos oficiais, sobretudo os relatórios do Programa Operação Chuva, assim como, de análise demográfica dos bairros que possibilite a categorização por raça/etnia.

Conforme (Rocha e Deusdará. 2005), essa análise de conteúdo verifica uma concepção de um empírico preexistente ao discursivo e de uma certa concepção social. Nessa pesquisa, sobre uma concepção de política pública através de um dado programa específico, com traços de seletividade racial.

Sobre análise de conteúdo, ainda vale ressaltar que:

Ocupa-se, particularmente, dos significados das palavras. Esse tipo de análise classifica as diferentes partes de um texto de acordo com as categorias determinadas pelo investigador para extrair dali a informação predominante ou as tendências manifestadas no texto. A análise de conteúdo tem sido usada tanto para fins descritivos quanto para fins de comprovação de hipóteses. A parte mais importante da análise de conteúdo é a definição acertada das categorias formuladas para classificar o conteúdo do texto em função do objeto do estudo. (DENCKER e DA VIÁ, 2001, p.153)

Para Bardin (2011), em outras palavras, o termo “análise de conteúdo” refere-se a um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores, sejam quantitativos ou não, que permitam a inferência

de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Para tanto, aponta a necessidade de três fases que concretizem essa análise de conteúdo: a primeira fase é a pré análise, que significa a fase de organização, tendo o primeiro contato com os documentos que serão analisados; a segunda corresponde a exploração do material, que como o próprio nome aponta, é o momento de escolher as unidades de codificação, como a escolha de categorias; e, por fim, o tratamento dos resultados, a partir da inferência e interpretação chega-se a transformação de dados brutos em significados válidos. (BARDIN, 2011)

De tal modo, cumprindo as fases metodológicas sugeridas por Bardin (2011), nessa investigação, foram analisados os conteúdos de relatórios do Programa Operação Chuva da Prefeitura de Salvador, nos anos 2015 a 2020.

3.2 – Sobre o processo investigativo.

A primeira parte de uma pesquisa é definir o que será pesquisado. Em relação a este trabalho, o amadurecimento para delimitar o tema foi um processo. Entretanto, desde o início, a pesquisadora sempre soube que envolveria os campos da Sociologia Urbana, das relações raciais e o meio ambiente.

Morar em Salvador certamente foi um elemento que despertou o interesse para os estudos sobre deslizamento de terra, visto que na cidade, em dias de chuva, são frequentes as tragédias, devido a vários fatores, dentre eles a falta de planejamento urbano. Inverno após inverno essa pesquisadora assistiu e acompanhou os alertas da Defesa Civil do Estado e o desespero por parte da população que habita moradias precárias.

O deslizamento de terra acaba sendo a consequência mais drástica, que envolve muitas vezes perda de casas e até de vidas. Todavia, outros elementos também impactam a cidade em dias de chuva como alagamentos de ruas e avenidas, dificuldade de transporte, enchentes, inundação de esgotos e uma série de fatores que a pesquisadora enquanto moradora da periferia, também vive de perto.

É importante ressaltar que a cidade de Salvador está localizada em um planeta que está sofrendo de forma intensa as consequências da crise climática global. E esse tema é objeto de interesse dessa pesquisadora tanto do ponto de vista acadêmico quanto de sua própria militância - parte de uma geração que acredita que o capitalismo é o principal fator de degradação ambiental, seja pela intensa exploração dos recursos naturais, seja pela intervenção do capital no planejamento urbano das cidades, atendendo aos interesses da elite.

No ano 2022, todos foram surpreendidos com as fortes chuvas e enchentes no Sul da Bahia. Essa pesquisadora, estava na capital Salvador quando recebeu a notícia de que a casa de seus avós paternos havia sido invadida pelas águas na cidade de Itabuna, local de seu nascimento e pertencimento. Junto com essa notícia, veio as tantas outras sobre situação de risco de amigos, conhecidos, e também desconhecidos, mas que igualmente sensibilizaram.

De tal modo, a partir do Diretório Central dos Estudantes da UNEB, foi criada uma campanha de solidariedade intitulada SOS SUL DA BAHIA, para colaborar com as vítimas das enchentes. Pessoalmente, essa pesquisadora percorreu diversas cidades e territórios, tais como: Itabuna, Ilhéus, Olivença, Uruçuca, Pau Brasil, Dario Meira, Itapitanga, além das Aldeias Indígenas dos Tupinambás e dos Pataxós Hã Hã Hãe, vendo de perto o drama de tantas famílias, de maioria negra, que perderam suas casas e entes queridos em deslizamentos de terra.

Na época desse episódio, este Trabalho de Conclusão de Curso já estava em andamento e a supracitada experiência foi fundamental na reafirmação da necessária realização dessa pesquisa, articulando as categorias raça e classe

para os estudos urbanos, de ocupação do solo, do direito a cidade e meio ambiente.

Até então, o processo investigativo vinha ocorrendo a partir de análises documentais, sobretudo dos relatórios da Operação Chuva na cidade de Salvador e, posteriormente aliando-se as observações e reflexões à luz da experiência no Sul do Estado, que deram voz a teoria aqui utilizada.

Os relatórios da Operação Chuva em Salvador, dos anos de 2015 a 2020 não estavam todos disponíveis no site da Prefeitura. Os relatórios de 2018 a 2021 precisaram ser solicitados via e-mail para a Defesa Civil de Salvador, com anexo da carta de apresentação dessa investigação. De tal modo, além do retorno positivo com o envio dos relatórios, após o contato, a Prefeitura Municipal de Salvador, informou ter ocorrido um erro no site e atualizou os documentos. Assim, atualmente, todos os relatórios e documentos oficiais sobre a Operação Chuva se encontram no site da Prefeitura, a partir da Defesa Civil, de forma pública e fácil acesso, colaborando então com a transparência das informações.

Vale ressaltar ainda, que no ano de 2021, quando se deu início a produção deste trabalho, a pesquisadora se inscreveu como voluntária da Defesa Civil para atuar no Programa Operação Chuva. Todavia, devido a Pandemia da Covid-19, essa atuação e experiência foi impossibilitada. De toda forma, seguiu-se a análise dos relatórios, observação das notícias na imprensa e comunicados oficiais – tanto para a elaboração desse trabalho, quanto por ser um tema de grande interesse e utilidade pública.

CAPÍTULO 4 – SALVADOR, UMA CARACTERIZAÇÃO NECESSÁRIA

4.1 – A cidade histórica

Salvador – a primeira capital do Brasil e uma das cidades mais antigas das Américas – une modernidade e também muita história. Com quase 3 (três) milhões de habitantes⁴ e 473 anos de idade, foi palco de diversos processos políticos e sociais relevantes, sendo, durante três séculos, a aglomeração urbana mais importante e mais populosa do país.⁵ O Brasil, responsável por quase 50%⁶ (cinquenta por cento) das chegadas dos escravizados no continente Americano, teve a cidade de Salvador como principal porto de recebimento. Não à toa, se transformou na cidade mais negra fora do continente africano e com forte tradição da cultura afro.

Bittencourt (2009) aponta que Salvador surgiu, inicialmente com duas funções básicas: ocupar e proteger a colônia portuguesa na América e servir como porto de abastecimento a meio caminho do Atlântico Sul. Aqui, não cabe fazer uma regressão história tão grande a partir do processo de colonização de Salvador. Entretanto, vale destacar que este elemento em questão é fundamental para se compreender a ocupação do solo e a divisão da cidade que ocorrerá posteriormente, a partir desses objetivos.

Santos (2008) nomeia Salvador como a “cidade de dois andares” pela forma como foi dividido o seu centro. A divisão hoje tão conhecida entre cidade alta e cidade baixa é uma herança dos colonizadores e exploradores portugueses, incorporando as características do meio físico ao desenho urbano. A cidade alta é onde se concentra a parte institucional e política, sendo a cidade

⁴ Censo do IBGE - população estimada em 2021

⁵ Milton Santos (2008) sobre O centro da cidade de Salvador

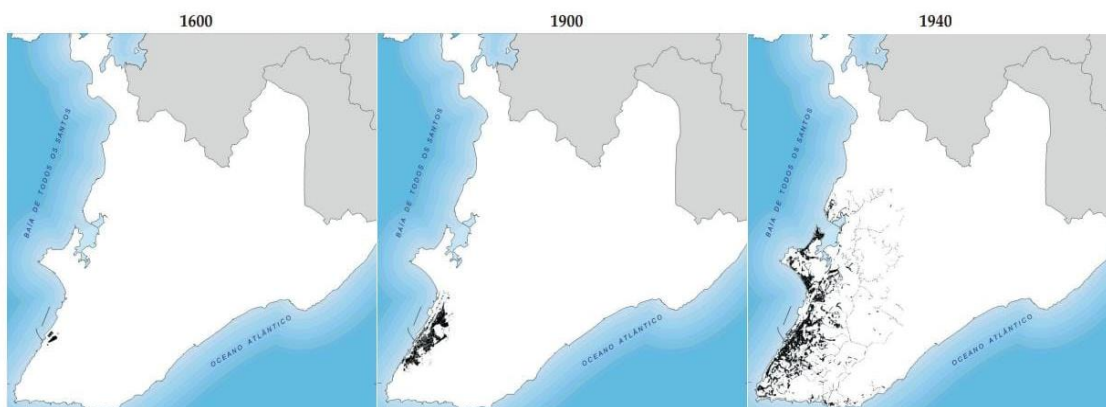
⁶ A escravidão atrasou o processo de industrialização no Brasil

baixa, o local portuário e comercial. Essas são características, de diversas cidades portuguesas, bem como, de suas colônias, como Salvador.⁷

Na Salvador colonial, o Recôncavo, região onde hoje estão cidades como Cachoeira, Santo Amaro, São Francisco do Conde, desempenhava um papel de grande importância na vida econômica da cidade. Durante os anos 1940 e 1950, a cidade experimentou um crescimento demográfico causado, em grande medida, pelas migrações. A partir disso começou a se modificar a própria estrutura espacial de Salvador, como a reestruturação do centro da cidade, que até então era predominantemente residencial, passando a ter suas funções substituídas. (CARVALHO; PEREIRA, 2006)

Nesse sentido, historicamente, a população de alta renda passou a ocupar outros espaços, enquanto, a população de baixa renda ocupou prédios velhos, abandonados, aumentando a demanda por novas áreas residenciais – fator também responsável pela expansão da periferia urbana. O Mapa abaixo, como aponta Carvalho e Pereira (2006), ilustra essa expansão da área urbana, apontando: o local de fundação da cidade, correspondente ao atual Centro Histórico; a ocupação ainda concentrada na orla no início do século XX; e, por fim, a cidade começando sua expansão.

Mapa 1 – Expansão da área urbana de Salvador entre 1600 a 1940



Fonte: Adaptação do Atlas Escolar Bahia: espaço geo-histórico e cultural, 2004

⁷ As Formas Urbanas das Cidades de Origem Portuguesa: A regularidade dos traçados insulares do século XVI. A experimentação e a inovação, a adoção de modelos eruditos.

Carvalho e Pereira (2006) apontam também que o crescimento de Salvador levou à contratação do escritório do engenheiro Mário Leal Ferreira – que hoje corresponde ao nome oficial da Avenida Bonocô – e a subsequente elaboração do código de urbanismo de 1948. Assim, as áreas vazias começaram a ser ocupadas pelos moradores de baixa renda, datando especificamente de 1946, a primeira ocupação de terras para a construção de habitações: a “invasão” do Corta Braço, na região do bairro de Pero Vaz.

Quanto ao seu processo de expansão, Salvador enquanto uma cidade polarizada, esteve também estagnada ao longo de várias décadas. Porém, o processo de transformação aconteceu rapidamente, de forma abrupta entre as décadas de 1960 e 1970, a partir da realização de grandes obras que foram fundamentais para a expansão urbana, mas também, para uma intensa ocupação informal de famílias de baixa renda na periferia.

Nesse período, enquanto protagonista dessas mudanças, a Prefeitura de Salvador, alinhada ao regime ditatorial, esteve completamente comprometida com um processo de modernização excludente de acordo com os interesses do capital imobiliário. Assim, transferiu sua propriedade para mãos privadas, através da Lei da Reforma Urbana, em 1968, sendo responsável pela expulsão de assentamentos da população pobre no tecido urbano mais valorizado. Além disso, o governo municipal também erradicou ocupações populares localizadas na orla marítima, para reservar a área exclusivamente ao turismo, também atendendo aos interesses do capital. (Cf. BRANDÃO, 1981; SOUZA, 2000).

Por sua vez, na década de 1980, houve a consolidação de um novo centro urbano, impulsionado por grandes empreendimentos públicos e privados, destacando a construção da Avenida Paralela (Avenida Luís Viana Filho), do Centro Administrativo da Bahia, da nova Estação Rodoviária e do Shopping Iguatemi.

Foto 1 - Início da construção da Avenida Luís Viana Filho (Avenida Paralela), na década de 1970.



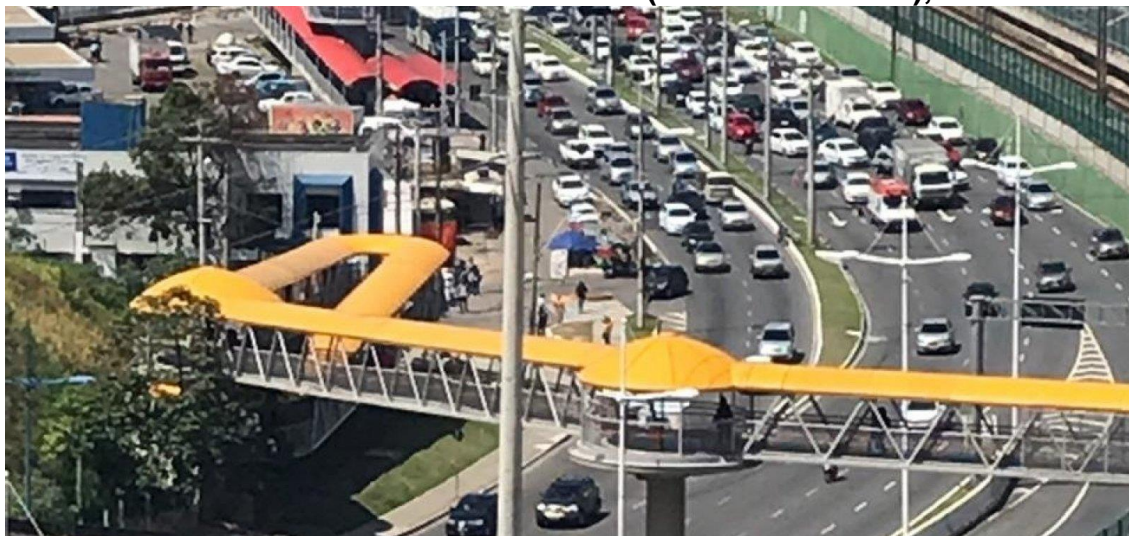
Fonte: Correio, 24h

Foto 2 - Consolidação da Avenida Luís Viana Filho (Avenida Paralela), na década de 1990



Fonte: Correio 24h

Foto 3 - Avenida Luís Viana Filho (Avenida Paralela), 2019



Fonte: Metro 1

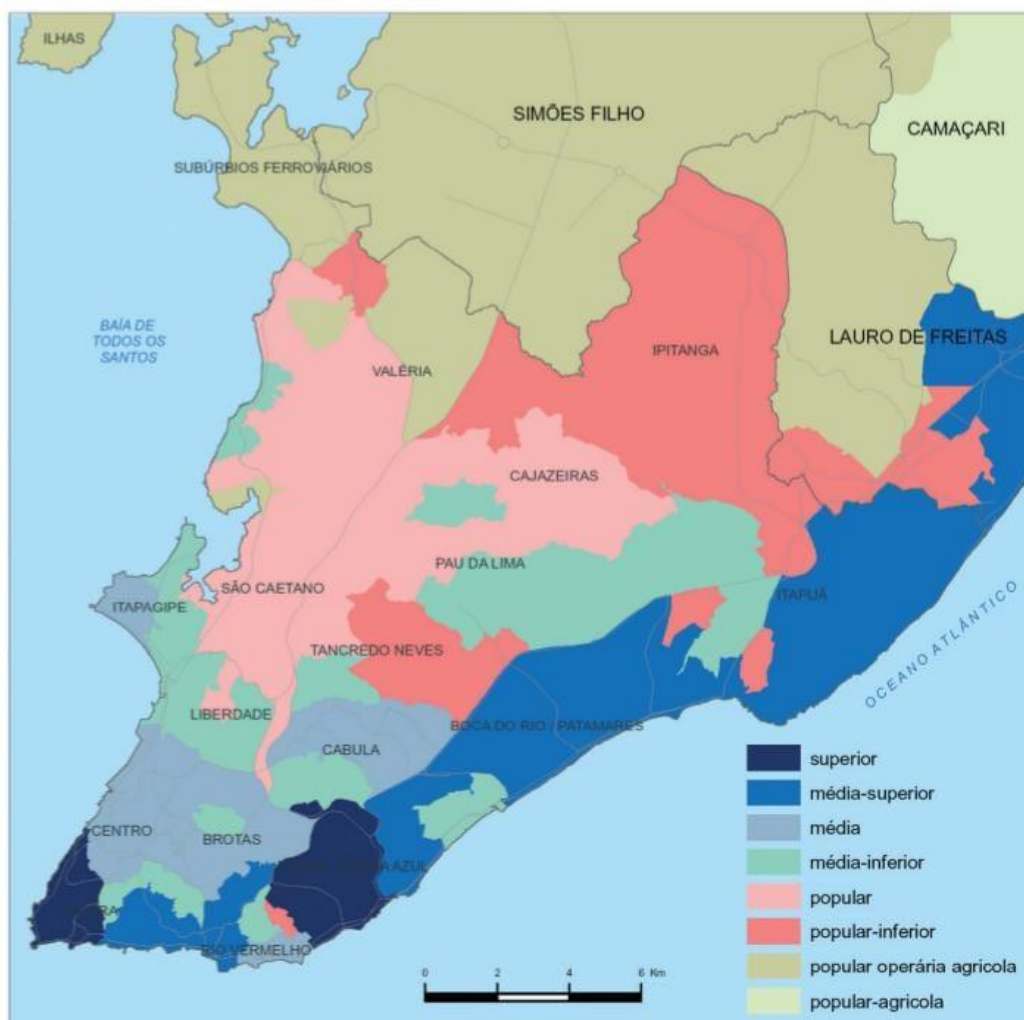
Essas novas construções, interferiram diretamente no surgimento de um novo padrão de produção do espaço urbano, a partir da conformação de três setores da expansão da cidade: a Orla Marítima Norte, o “Miolo”, e o Subúrbio Ferroviário. (CARVALHO; PEREIRA, 2006)

Ao mesmo tempo, a Orla Norte passou a ser chamada área nobre, reservada a classe alta a partir de seu local de moradia, serviços e lazer. Ou seja, onde se concentram a riqueza, os investimentos públicos, e interesses da produção imobiliária. O Miolo, como o próprio nome anuncia, localiza-se no centro geográfico do município. Passou a ser ocupado por conjuntos residenciais para a “classe média baixa”, tendo uma restrição já maior de equipamentos e serviços. Por fim, o Subúrbio Ferroviário, teve sua ocupação impulsionada pela linha férrea, sendo essa a localização de muitos loteamentos populares que foram ocupados sem nenhum controle urbanístico, concentrando uma população extremamente pobre e sendo marcada pela precariedade habitacional, pelas deficiências de infraestrutura e serviços básicos e, mais recentemente, por altos índices de violência (FRANCO; SANTOS; GABRIELLI, 1998; SOUZA, 2000).

Desse modo, é possível afirmar que a apropriação diferenciada do território urbano que iniciou no período colônia, se consolidou e intensificou com

o surgimento da Salvador moderna, sendo essa divisão social dos bairros, evidenciada no mapa abaixo.

Mapa 2 - Tipologia socio-espacial - Salvador - 1991



Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 1991. Tipologia e mapa elaborados pelos autores.

4.2 – Salvador dos anos 2000

Salvador entrou nos anos 2000, como uma cidade que aprofundou os contornos que vinha desenhando historicamente. Com o esvaziamento do antigo centro e criação do “novo centro”, a partir por exemplo da implementação do

Shopping Iguatemi – hoje Shopping da Bahia – e de outros prédios modernos e luxuosos, reforçou a valorização imobiliária desse eixo e confirmou sua tendência de maior auto segregação das elites, como aponta Prêteicelle (2003, 2006).

Carvalho e Pereira (2006) alertam que é possível observar uma Salvador que comporta três cidades dentro de si. Uma primeira “tradicional”, “em que o tecido urbano é compacto, relativamente homogêneo e composta majoritariamente pelos setores médios. *“É a cidade que se constituiu a partir do centro antigo e de seu entorno”* (p. 101). Já na cidade moderna, o tecido urbano está em processo de modificação a partir da construção de novas habitações e serviços, em consonância com os padrões arquitetônicos. Esta cidade é habitada principalmente pelas classes que estão no topo da pirâmide social, com melhores condições de vida. Por fim, a cidade precária, onde estão localizados os setores populares, cujo tecido urbano *“se caracteriza pela dispersão e pela contínua expansão com o acréscimo de habitações precárias, em grande parte auto-construídas sem obedecer a padrões arquitetônicos e urbanísticos”* (p. 101).

É fundamental pontuar, não apenas para esta pesquisa, mas sobretudo para a compreensão da realidade urbana de Salvador, que as dimensões sociais e territoriais estão intimamente associadas ao elemento racial. Como já apontado, devido a sua história e relação com a escravidão, Salvador tem grande influência negra. Em 2017, 8 (oito) a cada 10 (dez) moradores de Salvador se autodeclararam negro, segundo a PNAD Contínua do IBGE. Os negros (soma de pretos e pardos) totalizavam 82,1% (oitenta e dois virgula um por cento) da população.

No Censo de 2000, ou seja, 22 (vinte e dois) anos atrás da realização da supracitada pesquisa e 16 (dezessete) anos atrás da coleta de dados supracitado da PNAD, o censo de 2000 apontou que 75,2% (setenta e cinco virgula dois por cento) da população já se autodeclarava negra. Dados do censo de 2000 foram utilizados pelos pesquisadores Inaiá Maria Moreira de Carvalho e Gilberto Corso Pereira para discutir a composição racial em Salvador a partir da área urbana ocupada.

Para os autores, a população branca está mais localizada entre os dirigentes e grandes empreendedores (3,1%); seguido dos pardos (0,8%); e dos pretos (0,3%). Em relação a categoria de profissionais de nível superior os dados são de (15,4%) entre os brancos; (5,1%) entre os pardos; e apenas (0,9%) entre os pretos. Na contramão, apenas (10,2%) dos brancos estão entre os trabalhos não especializados, empregado doméstico ou ambulantes, enquanto que estas vagas mais precarizadas são ocupadas por (21,2%) dos pardos e (34,1%) dos pretos (CARVALHO; PEREIRA, 2006).

De tal modo, os dados sobre ocupação cruzados com o tema racial são importantes pois é a partir de cada tipo de trabalho e conseqüentemente sua remuneração salarial, que cada indivíduo consegue garantir a sua moradia em determinada área nobre, de classe média ou habitações precarizadas sem infraestrutura urbana. Ou seja, a estrutura social e econômica define como será a apropriação urbana de cada família.

Abaixo, a tabela produzida pelos pesquisadores aponta a ocupação racializada de cada área de Salvador, a partir da categoria do Mapa 2 (superior; média superior; média; popular; popular inferior e popular/operário/agrícola).

Tabela 1 - Composição racial por tipo de áreas - Salvador - 2000

Tipos de Áreas	Composição Racial (em %)				
	Branco	Pardos	Pretos	Outros	Total
Superior	64,8	27,5	6,5	1,21	100
Média superior	40,0	44,3	14,3	1,39	100
Média	18,9	57,7	21,7	1,64	100
Popular	18,3	56,2	23,6	1,89	100
Popular inferior	13,7	60,9	23,3	2,09	100
Popular/operário/agrícola	12,6	64,8	20,2	2,33	100

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000. Cf. Carvalho e Barreto, 2008.

Como pode ser observado, quanto mais nobre ou superior o bairro (ou seja, com melhores moradias, infraestrutura e serviços) maior a composição branca e menor a composição de pardos e pretos. De forma inversamente proporcional, nos bairros de caráter popular, é predominante a população de pretos e pardos, sendo estes, relegados as piores habitações e serviços.

Nesse sentido, é possível afirmar que o padrão de segregação apontado na década de 1960 se mantém e principalmente se intensifica nos anos 2000 com o avanço da especulação imobiliária, com a acentuação das diferenças e das desigualdades entre o Centro, a Orla, o Miolo e o Subúrbio, ou, como bem aponta Carvalho e Pereira (2006), entre a cidade “tradicional”, a cidade “moderna” e a cidade “precária”, refletindo também, uma enorme desigualdade racial na ocupação desses territórios.

4.3 – Um modelo de planejamento em Salvador

A partir da lógica do capitalismo, a cidade (local de produção e reprodução do capital) é o espaço de demarcações da riqueza e da pobreza. Lócus no qual a luta de classe se manifesta tanto nas relações de trabalho e exploração, como no processo de apropriação do espaço urbano. O fato de Salvador se localizar na periferia do capitalismo global, potencializa ainda mais essas desigualdades.

Com as demandas, reivindicações e luta dos movimentos sociais, foi possível, ao longo dos anos, avançar em alguma medida para a exigência legal de um planejamento urbano adequado para as cidades. Nesse sentido, em 2001, foi sancionada a Lei Federal nº 10.257 denominada Estatuto da Cidade, buscando concretizar a ideia de que o Estado deve assumir a responsabilidade e buscar condições objetivas para a criação de um planejamento urbano democrático, a nível federal, estadual e municipal.

O primeiro passo para esse processo seria a criação do denominado Plano Diretor – um mecanismo legal que busca orientar a ocupação do solo

urbano a partir dos interesses coletivos, elaborado por profissionais urbanísticos e uma equipe multidisciplinar que pense os aspectos sociais, culturais, ambientais, econômicos e políticos da cidade.

Nesse processo, que deve ser participativo, o inciso II, do § 4º do art. 40 do Estatuto da Cidade, aponta que se deve atender os seguintes requisitos: I – ampla comunicação pública, em linguagem acessível, através dos meios de comunicação social de massa disponíveis; II - ciência do cronograma e dos locais das reuniões, da apresentação dos estudos e propostas sobre o plano diretor com antecedência de no mínimo 15 dias; III - publicação e divulgação dos resultados dos debates e das propostas adotadas nas diversas etapas do processo. (BRASIL, 2005)

Contudo, como aponta Carvalho (2008), o planejamento urbano em Salvador, em momentos decisivos, fica submisso aos interesses de apenas poucos grupos, em detrimento dos interesses mais coletivos da população total da cidade. Além disso, aponta também que não há estratégias para alcançar os objetivos de fomentar uma ampla discussão do plano e nortear as decisões coletivas.

Com deficiência na ampla discussão e participação no planejamento urbano, aliado a subserviência do Estado ao capital, o que se tem é um planejamento urbano voltado para os bairros das classes altas, e a falta dele nos bairros onde vivem a maioria da população soteropolitana. Em outras palavras, é o capitalismo neoliberal que determina onde cada setor social deve morar e a distribuição dos serviços. Ou seja, segundo Harvey (2004, p.45) a maioria da população acaba sendo “esquecida pelo poder público, redundando em espaços periféricos com urbanização precária, redutos da violência e da segregação social”.

De acordo com o IBGE (2019) Salvador possui 693, 831 km² de área territorial. Destes, menos da metade da população que habita os territórios tem condições de urbanização adequadas no local de suas residências, tais como: saneamento básico, calçada, pavimentação e meio fio, que são estruturas centrais para a constituição das micro drenagens.

Para os pesquisadores Reis et al. (2021) tais fatores, associados à topografia acidentada, contribuíram para que os acidentes urbanos em época de chuva, que antes aconteciam em áreas mais pontuais, passaram a sofrer “dispersão geográfica”, atingindo diversas partes/áreas de Salvador. Segundo os autores e conforme anunciado por Silva; Mello e Almeida (2019), atualmente permanece o descaso de elementos de sustentabilidade associados à gestão de bacias urbanas no planejamento municipal, sendo o tamponamento de rios com placas de concreto, uma medida de ocultação da poluição, que não controla totalmente as enchentes e que transfere problemas para outros pontos da cidade.

Para além das questões geográficas e ambientais próprias dos terrenos, a partir do planejamento urbano, cada zona da cidade possui sua característica própria. Nesse sentido, o que se observa, é que algumas áreas são afetadas recorrentemente, e outras não o são devido as áreas drenadas e de encostas bem estruturadas que não sentem os efeitos catastróficos do caos urbano evidenciado pelas chuvas.

Nesse sentido, é importante lembrar que o planejamento urbano está intimamente ligado ao planejamento ambiental. Aliás, este segundo está contido no primeiro. Por isso, como apontam Reis et al (2021), além das questões de ordem social, soma-se o aumento do desmatamento das grandes áreas verdes da cidade, que são utilizadas para construção de residências em regiões antes não habitadas, reduzindo ainda mais o poder de absorção do solo e alterando o ciclo da água.

CAPÍTULO 5 – PROGRAMA MUNICIPAL OPERAÇÃO CHUVA

5.1 – Operação Chuva: sobre o Programa

O Programa Operação Chuva, coordenado pela Defesa Civil da Prefeitura municipal de Salvador, é uma política pública que visa minimizar os perigos urbanos nos meses mais chuvosos na cidade. Em abril de 2015, duas localidades - Bom Juá e Barro Branco - foram atingidas por deslizamentos de terra, deixando 15 pessoas mortas. A partir desses episódios a prefeitura de Salvador, de acordo com Site da Codesal⁸, entendeu a necessidade de reestruturar a Defesa Civil da cidade, passando a atuar não mais apenas após os incidentes, mas também a partir da prevenção.

O programa foi instituído com o Decreto nº 25.942 de 09 de abril de 2015 e está em pleno funcionamento no ano atual. Segundo a prefeitura de Salvador em entrevista ao G1⁹, o objetivo do Programa Operação Chuva é preparar a cidade para enfrentar o período chuvoso que tradicionalmente ocorre entre abril e junho. As ações preventivas são contínuas, mas reforçadas nestes meses e com atenção maior as localidades de risco.

De acordo com o Decreto nº 25.942 alguns elementos foram importantes para a instituição do Programa, como: a necessidade de uma ação específica para a época mais chuvosa do ano; os aspectos sócios ambientais e geográficos da cidade que potencializam os acidentes no período, bem como, a existência de um grande número de áreas de riscos de deslizamento em Salvador.

O Programa iniciou em 2015 com sua execução planejada para 90 (noventa) dias, durante os meses de abril, maio e junho. Porém, devido ao fato de o ano ter sido um dos piores em termos de tragédias e alto índice pluviométrico, foi prorrogado neste ano até agosto. Atualmente, sua execução

⁸ Início Programa Operação Chuva

⁹ Prefeitura de Salvador sobre o Programa Operação Chuva

acontece durante os meses de março, abril, maio e junho, sendo dividida em uma primeira etapa preparatória e uma segunda de alerta.

Na etapa preparatória, geralmente utilizando-se o mês de março. Segundo o Decreto 35.305 de março de 2022, ocorrem ações preventivas, como:

“limpeza de canais e córregos (macrodrenagem); manutenção preventiva da rede de micro drenagem, especialmente a limpeza de bueiros do sistema de águas pluviais; vistoria e poda ou erradicação de árvores sob risco de tombamento; remoção de materiais de construção e resíduos de obras dispostos indevidamente nas vias públicas; limpeza de encostas e remoção de lixo acumulado; drenagem superficial de águas lançadas nas encostas; monitoramento de pontos críticos de alagamentos; recobrimento de encostas com risco de deslizamento; veiculação de campanha de informação, conscientização e mobilização preventiva da população; realização de análise situacional e cadastramento de áreas de comércio de alimentos com vulnerabilidade para chuvas fortes (alagamentos, enchentes); realização de ações educativas com a comunidade versando sobre as medidas profiláticas para as zoonoses mais comuns nas áreas visitadas e orientação a respeito da posse responsável de cães e gatos”. (SALVADOR, 2022, art.2)

Ainda em relação a primeira etapa, existe um elemento importante a ser ressaltado: de acordo com os relatórios, dentro do Programa Operação Chuva existem iniciativas de caráter educativo, tais como, a realização de atividades formativas em escolas; a distribuição da “Cartilha Defesinha” organizada em forma de quadrinhos, destinada a conscientizar o público de crianças e adolescentes; a distribuição de “folders educativos”, alertando a população para não jogar lixo no chão, cortar corretamente a grama, não deixar água empossada e sobre como colocar a lona de maneira correta nas encostas, além de, informar como lidar em casos emergenciais.

Dentre essas ações, existe também o “Projeto de formação de núcleos comunitários de proteção e defesa civil”, que busca melhorar entre a população a percepção sobre os fatores de riscos presentes naquela localidade. Segundo a CODESAL, constituem-se em diversos encontros entre o órgão e a comunidade, visando ampliar o conhecimento sobre as áreas de risco e primeiros socorros, além de contribuir para o desenvolvimento de práticas

cotidianas corretas sobre a preservação do meio ambiente. Abaixo, algumas imagens que ilustram essas ações educativas.

Foto 4 - Imagem de capa do Projeto de Defesa Civil nas Escolas



Fonte: Codesal, 2021

Foto 5 - Folder educativo sobre como colocar a lona corretamente nas encostas

Colocando a lona corretamente

1. Limpe a encosta;
2. Estique a lona na encosta;
3. Enrole as pontas da lona em piquetes de madeira (aprox. 50 cm) e amarre com nylon, corda ou arame de modo que não danifique ou fure a mesma;
4. Enterre os piquetes a aproximadamente 2 metros de distância um do outro, em toda a extensão da encosta;
5. A lona deve ser fixada assim em toda encosta.

ATENÇÃO!

- A água da chuva não poderá passar por baixa da lona em hipótese alguma.
- Caso a encosta seja muito íngreme e não possa fixar a lona na parte de baixo, amarre com nylon e jogue por cima, para que o vento na levante (ver figura ao lado).
- A lona não precisa cobrir toda a encosta.

SALVADOR
PREFEITURA
PRIMEIRA CAPITAL DO BRASIL

DEFESA CIVIL
SALVADOR

DEFESA CIVIL PLANTÃO 24H EMERGÊNCIA
DISQUE 199

193 Bombeiros
0800 071 0800 Coelha
0800 055 5195 Embasa

Fonte: Codesal, 2020

É fundamental que a Prefeitura e os órgãos competentes sempre busquem saída educativas para solucionar problemas. Neste caso, informar e munir a população de conhecimento é de fato uma importante medida educacional que deve ser incentivada e ampliada. Entretanto, vale ressaltar que essa é apenas uma parte das ações necessárias, e que não cabe a população a responsabilidade sobre as principais medidas estruturais que são necessárias para resolver o problema como um todo e sanar os riscos eminentes. De toda forma, a ação contribui para, no momento preventivo, adiar situações mais alarmantes.

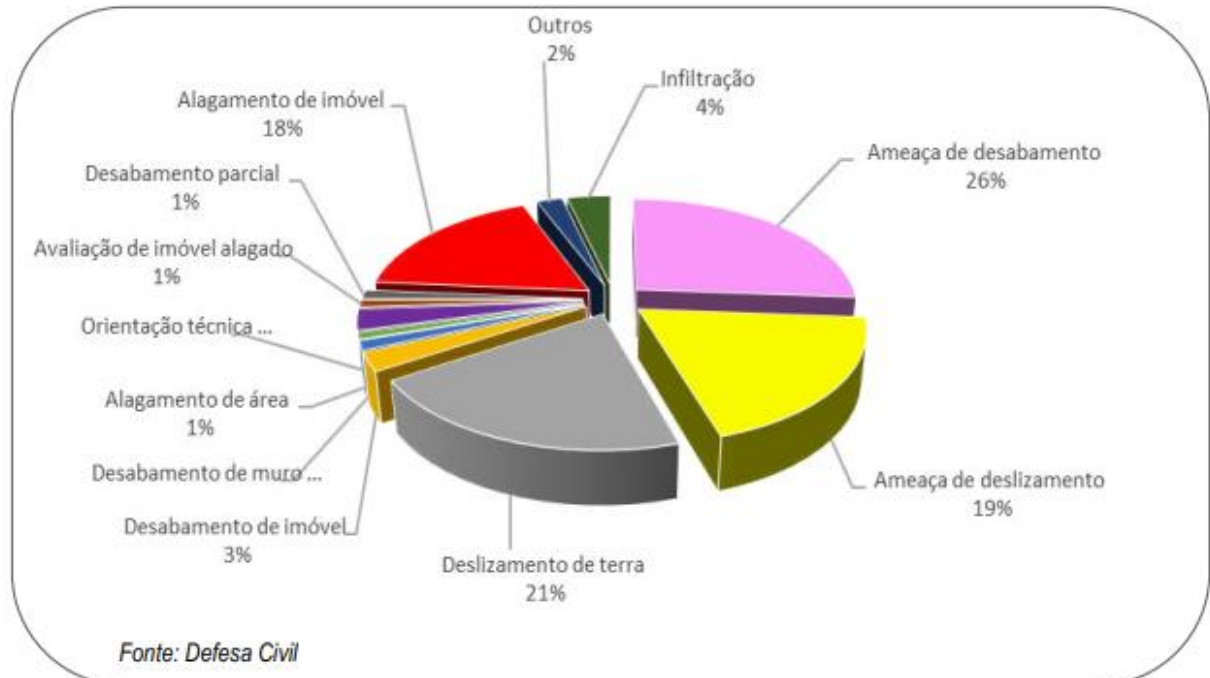
Na segunda etapa, de alerta, o objetivo é justamente atuar em situações mais emergenciais, como:

“...remoção preventiva de moradores em situações de alto risco, com a concessão de auxílio moradia, quando cabível; demolição imediata de imóveis condenados pela CODESAL; ações de socorro e assistência a população; avaliação de danos; desmontagem de estruturas danificadas; remoção de escombros e limpeza de ambientes; incremento das vistorias técnicas de imóveis e áreas de risco, com notificação aos moradores, sempre e quando necessário; intensificação do acompanhamento das condições meteorológicas, com base nas informações do Centro de Monitoramento e Alerta da Defesa Civil - CEMADEC; monitoramento de campo em pontos críticos de deslizamentos e alagamentos; informação e mobilização da população moradora em áreas de risco. (SALVADOR, 2022, art.3)

A parte emergencial, como o próprio nome aponta, é a etapa de atuar sobre o problema já em curso, como deslizamentos de terra que ocorreram, desabamentos de imóveis, quedas de árvores, alagamento, e outras séries de ocorrências que a Defesa Civil atua, sobretudo nos dias de chuva em que os acidentes são mais frequentes.

Abaixo, o gráfico da Codesal de 2015 representa algumas das principais situações que a Defesa civil atua na etapa de alerta:

Gráfico 3- Ocorrências e atuações da Defesa Civil na etapa emergencial, 2015



Nesse sentido, é importante pontuar, que as medidas preventivas, sobretudo, as de caráter educativo, são importantes ações para somar forças nas medidas de precaução. As emergenciais, buscam atuar em situações e áreas com grau de perigo imediato à vida da população, visando evitar acidentes. Apesar de serem fundamentais considerando a situação de Salvador, é importante frisar que são medidas paliativas, mas que não substituem o necessário reordenamento do uso e ocupação do solo a partir de mudanças estruturais no planejamento urbano sob uma perspectiva democrática.

5.2 – Programa Operação chuva: sobre áreas de risco e deslizamento

Áreas de risco são consideradas as localidades não recomendadas a construção de residências e impróprias ao assentamento humano por estarem mais sujeitas a riscos naturais ou acidentes decorrentes da ação humana. Assim, o mapeamento dessas áreas é um fator muito importante para prevenção de acidentes. É a partir desse mapeamento que o poder público identifica, através de pesquisas e estudos especializados, as regiões ameaçadas e com probabilidade de ocorrer desastres.

De acordo com matéria do G1¹⁰ e dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a capital baiana lidera o ranking do Nordeste com o maior número de pessoas vivendo em áreas de riscos, sujeitos a deslizamentos de terras e alagamentos. Segundo a pesquisa divulgada, cerca de 50% da população soteropolitana vive em zonas de riscos, ocupando também o 3º lugar entre as capitais e cidades brasileiras.

De acordo com a Codesal, de 2016 a novembro de 2021 foram mapeados 151 (cento e cinquenta e uma áreas de riscos em Salvador). Esse mapeamento é fundamental tanto para a ação preventiva quanto emergencial da Defesa Civil. São quatro (4) os níveis de risco a partir desse mapeamento: *(i)* em observação, quando há normalidade; *(ii)* atenção, quando existe risco de chuva forte; *(iii)* alerta quando já estão ocorrendo as chuvas e *(iv)* alerta máximo, quando ocorre chuva por 72h que atingem o índice pluviométrico de 150mm. Nesse momento, a sirene é acionada e a orientação é saída imediata do imóvel nas áreas consideradas de risco.

Após a evacuação dos imóveis em risco, a Prefeitura direciona a população para abrigos temporários, como escolas municipais e inicia a vistoria para avaliar a viabilidade de cada morador retornar para a própria residência. Se o imóvel estiver comprometido pelas chuvas, essa parte da população será

¹⁰ Salvador lidera ranking no Nordeste sobre áreas de riscos

cadastrada na Secretaria Municipal de Promoção Social, Combate à Pobreza, Esportes e Lazer (Sempre), para que possam ter acesso ao auxílio moradia no valor de R\$ 300,00 – que apesar de ajudar, é insuficiente.

Nessas áreas de risco mapeadas, a Codesal também realiza a formação de Núcleos Educativos e Comunitários com a finalidade de capacitar os moradores para reduzir riscos e danos em caso de fortes chuvas, tanto em relação a percepção dos riscos, quanto primeiros socorros em situação de desastre.

Ao observar as áreas de risco, o mapeamento revela alguns elementos importantes: o primeiro, que será esboçado no próximo subcapítulo, é de que a imensa maioria das áreas de riscos estão situadas nas periferias e bairros habitados pela população majoritariamente pobre e negra. O segundo é que de fato, o risco predominante nessas áreas é o de deslizamento, confirmando a relevância desse objeto de estudo para a pesquisa.

De acordo com Reis et al (2021), é importante apontar que a Codesal adota o conceito ampliado de deslizamentos, “envolvendo todos os eventos de movimentos de massa de encostas, sem distinção quanto ao tipo do material, tamanho e velocidade de queda. Generaliza assim, a abordagem para qualquer queda de agregado sólido como solo e rochas.”

Os deslizamentos e desabamentos de terra são as piores consequências para situações como essa. É o momento emergencial onde habitações estão sobre grande risco, e conseqüentemente, os moradores que nela vivem. Em Salvador, todo ano ocorrem deslizamentos e desabamentos, sendo o ano de 2015 foi o pior evento que deixou muitas vítimas fatais, além de vários desabrigados.

No bairro de Barro Branco, no Alto do Peru, foram 11 (onze) vítimas fatais que morreram soterradas após um grande deslizamento de terra em uma encosta de cerca de 45m de altura. A forte chuva, aliada a ocupação indevida do solo, a construção precária das habitações e a falta de drenagem, foram fundamentais para o desastre ocorrer. Na foto abaixo, a ilustração dessa tragédia.

Foto 6 - Deslizamento de terra no bairro do Barro Branco, 2015



Fonte: Correios 24h

Foto 7 - Deslizamento de barranco no bairro do Barro Branco, 2015



Fonte: Bahia.ba

Os moradores relataram ao site do Correio¹¹ que era uma madrugada chuvosa e enquanto alguns estavam se levantando para ir trabalhar, ouviram um barulho muito forte como se fosse um estalo: era um barranco enorme despencando e levando tudo pela frente, sem nenhum tempo para as vítimas correrem.

O técnico de instalações Carlos Augusto dos Santos, contou no mesmo site do Correios, que apesar de ter sobrevivido, perdeu a mãe, a esposa, a filha e o sobrinho na tragédia: *"Foi tudo muito rápido. Eu tive cortes nos lábios, nas costas e nos ombros, mas minha família não sobreviveu. Foram dez anos para construir minha casa e de repente a gente perdeu tudo. É difícil esquecer tudo o que aconteceu, mas o sentimento, agora, é de saudade."*

Esse relato é relevante para essa pesquisa, pois reafirma a importância do planejamento urbano democrático, do uso correto do solo, e de habitações dignas para a população, pois na falta delas, o crescimento desordenado e a construção de moradias em encostas, de fato custa vidas, e o Estado precisa ser responsabilizado por isso.

5.3 – Operação chuva: o que apontam os relatórios

Os relatórios da Operação Chuva disponíveis e analisados nesse trabalho, correspondem ao período de 2015 a 2020.

Entre os vários dados apontados, o principal deles para essa pesquisa, é analisar as localidades nas quais ocorreram os principais acidentes graves ou relevantes, para assim, observar as categorias de raça e classe expressas nesses fenômenos.

¹¹ Deslizamento no Barro Branco

As tabelas abaixo, produzidas com esta finalidade, apontam os bairros onde ocorreram os acidentes de médio e grande porte, com deslizamento ou desabamento em locais residenciais, segundo os relatórios da Operação Chuva. Para categorização, foi utilizada a porcentagem racial da população – sendo negros a soma de pretos e pardos, assim como, a faixa salarial. Esses dados em questão não foram encontrados nos sites oficiais da Prefeitura de Salvador. Neste órgão oficial, apenas existe a cor e raça de cada bairro em números absolutos, sem apontar valores totais ou percentuais, impossibilitando uma análise adequada. Os dados aqui expostos, foram coletados pelo Observatório dos Bairros de Salvador – uma plataforma elaborada como resultado científico do Grupo de Pesquisa Lugar Comum, que está vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFBA, a partir do censo de 2010.

Tabela 2- Localidades com acidentes graves ou relevantes em 2015 de acordo com o relatório da Operação Chuva

Bairro	Cor/ Raça predominante	Faixa salarial
1. Boca do Rio	80,05% negros	1 a 3 salários mínimos
2. Narandiba	84,05% negros	0 a 1 salário mínimo
3. Cidade Nova	83,81% negros	0 a 1 salário mínimo
4. Bom Juá	86,93% negros	0 a 1 salário mínimo
5. Barro Branco	Sem dados	Sem dados
6. Capelinha	86,36% negros	0 a 1 salário mínimo
7. Garcia	72,83% negros	1 a 3 salários mínimos
8. Boa Vista S. Caetano	87,98% negros	0 a 1 salário mínimo
9. Cajazeiras V	84,41% negros	1 a 3 salários mínimos
10. Saramandaia	89,56% negros	0 a 1 salário mínimo
11. Baixa do Fiscal	Sem dados	Sem dados
12. Campinas de Pirajá	86,84% negros	0 a 1 salário mínimo
13. Comércio	83,12% negros	0 a 1 salário mínimo
14. Pernambués	82,45% negros	1 a 3 salários mínimos

15. Trobogy	71,98% negros	1 a 3 salários mínimos
16. Pirajá	86,86% negros	0 a 1 salário mínimo

Fonte: Elaboração própria, 2022

O ano de 2015 e conseqüentemente o relatório da Operação Chuva desse período, é um dos que acumulam mais desastres, sendo dezesseis (16) localidades consideradas de acidentes graves ou relevantes. Nestas, a partir da demografia dos bairros, 83,4% das vítimas são negras, e 64,3% delas estão na faixa salarial de 0 a 1 salário mínimo.

Infelizmente é o ano que mais registra mortes, sendo os bairros de Barro Branco, já citado em ocorrências anteriores (11 óbitos e 2 feridos); Bom Juá (4 óbitos e 3 feridos); Baixa do Fiscal (6 óbitos e 4 feridos) os que acumulam esses tristes episódios. Abaixo e na seqüência, fotos dos acidentes.

Foto 8- Deslizamento de terra no bairro do Barro Branco/Alto do Peru, 2015



Fonte: Relatório Operação Chuva, 2015

Foto 9- Deslizamento de terra no bairro de Bom Juá, 2015



Fonte: Relatório Operação Chuva, 2015

Foto 10- Deslizamento de terra no bairro da Baixa do Fiscal, 2015



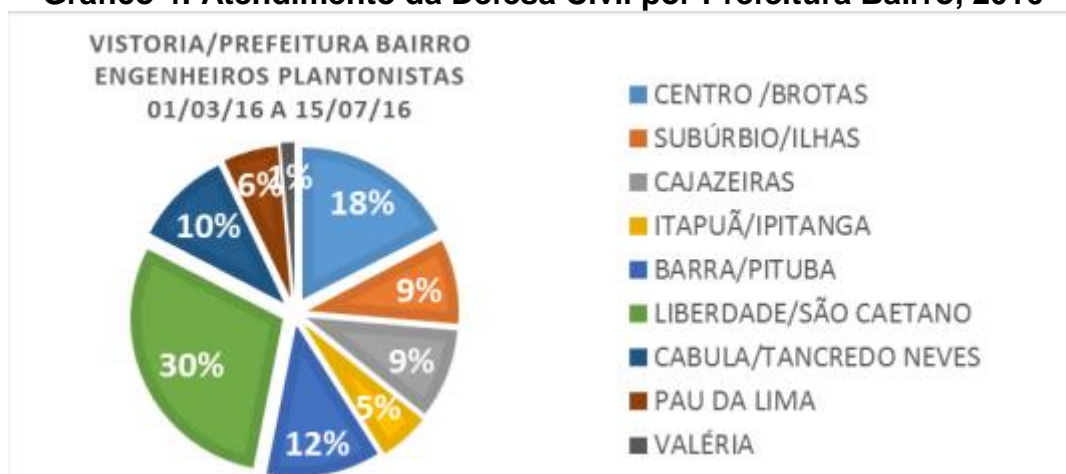
Fonte: Relatório Operação Chuva, 2015

Localidades com acidentes graves ou relevantes em 2016 de acordo com o relatório da Operação Chuva

O relatório do ano de 2016, diferente dos demais, não aponta os principais bairros em que a Defesa Civil atuou para conter desastres de médio e grande porte. Os dados que o relatório aponta, ao invés de descrever cada bairro, analisa apenas a categoria da Prefeitura Bairro, utilizando um “guarda-chuva” muito grande para a análise, visto que cada Prefeitura Bairro abarca diversas localidades. Além disso, não registra os acidentes graves ou relevantes, mas sim, as vistorias realizadas pela CODESAL.

Nesse sentido, aponta que a maioria, cerca de 30% das vistorias, foram realizadas nos bairros atendidos pela Prefeitura Bairro Liberdade/São Caetano (como aponta o gráfico abaixo), que correspondem aos bairros de: Alto do Cabrito, Baixa de Quintas, Boa vista do São Caetano, Bom Juá, Caixa D’água, Caminas de Pirajá, Capelinha, Cidade Nova, Curuzu, Fazenda Grande, IAPI, Lapinha, Liberdade, Marechal Rondon, Pau Miúdo, Pero Vaz, Retiro, Santa Mônica e São Caetano. Dessa forma, diversos desses bairros já estão contemplados nas tabelas abaixo, porém, a falta de dados mais completos no ano de 2016 prejudica a análise desse período.

Gráfico 4: Atendimento da Defesa Civil por Prefeitura Bairro, 2016



Fonte: SGDC – Sistema de Gestão da Defesa Civil

Na tabela abaixo, com um pouco menos de acidentes de grave a médio porte, a característica da maioria negra e pobre se repete. Vale ressaltar que dois bairros aparecem novamente se comparado a tabela de 2015: Comércio e Pernambués, estando de forma consecutiva na lista de tragédias, de acordo com relatório da Operação Chuva.

Tabela 3- Localidades com acidentes graves ou relevantes em 2017 de acordo com o relatório da Operação Chuva

Bairro	Cor/Raça predominante	Faixa Salarial
1. Areia Branca	86,55% negros	0 a 1 salário mínimo
2. Nova Brasília	85,43% negros	0 a 1 salário mínimo
3. Alto da Teresinha	88,78% negros	0 a 1 salário mínimo
4. Fazenda Grande	86,38% negros	0 a 1 salário mínimo
5. Liberdade	85,41% negros	1 a 3 salários mínimos
6. Calçada	84,95% negros	0 a 1 salário mínimo
7. Federação	79,58% negros	1 a 3 salários mínimos
8. Comércio	83,12% negros	0 a 1 salário mínimo
9. Doron	77,78% negros	1 a 3 salários mínimos
10. Pernambués	82,43% negros	1 a 3 salários mínimos
11. Cajazeiras X	83,08% negros	1 a 3 salários mínimos

Fonte: Elaboração própria, 2022

Vale um destaque aqui: a localidade da Liberdade, conhecido por ser um dos bairros mais negros de Salvador, foi registrado um acidente que vitimou cinco pessoas, três delas vindo a óbito. Abaixo, fotos do desabamento do imóvel.

Foto 11 e 12 - Deslizamento de terra no bairro da Liberdade, 2017



Fonte: Relatório Operação Chuva, 2017

Entre os anos analisados aqui, o de 2018 – apesar de não ter tido tantas vítimas fatais quanto 2015 – também acumula um número significativo de tragédias, sendo dezessete (17) catalogadas como acidentes graves ou relevantes em locais residenciais. Nesse ano, vale destacar o acidente no Bairro Pituaçu, que a partir do desabamento de um imóvel de 3 (três) andares, deixou 7 (sete) vítimas feridas, 4 (quatro) óbitos, além de atingir mais 9 (nove) imóveis, como mostram fotos abaixo contidas no Relatório da Operação Chuva.

Tabela 4- Localidades com acidentes graves ou relevantes em 2018 de acordo com o relatório da Operação Chuva

Bairro	Cor/Raça predominante	Faixa salarial
1. São Caetano	84,37% negros	0 a 1 salário mínimo
2. Pituaçu	77,41% negros	1 a 3 salários mínimos
3. Alto do Cabrito	87,26% negros	0 a 1 salário mínimo
4. Periperi	85,43% negros	0 a 1 salário mínimo
5. Plataforma	85,01% negros	0 a 1 salário mínimo
6. Cajazeiras V	84,41% negros	1 a 3 salários mínimos
7. Bairro da Paz	88,55% negros	0 a 1 salário mínimo
8. Barreiras	85,99% negros	1 a 3 salários mínimos

9. Mussurunga I	82,05% negros	1 a 3 salários mínimos
10. Garcia	72,83% negros	1 a 3 salários mínimos
11. IAPI	82,79% negros	0 a 1 salário mínimo
12. Canabrava	81,76% negros	1 a 3 salários mínimos
13. Cassange	86,12% negros	0 a 1 salário mínimo
14. Pau da Lima	85,63% negros	0 a 1 salário mínimo
15. Engenho Velho da Federação	87,22% negros	0 a 1 salário mínimo
16. Uruguai	86,65% negros	0 a 1 salário mínimo
17. Plataforma	85,01% negros	0 a 1 salário mínimo

Fonte: Elaboração própria, 2022

Foto 13, 14, 15, 16 - Deslizamento de terra no bairro de Pituaçu, 2018



Fonte: Relatório Operação Chuva. 2018

O ano de 2019, dentre os estudados neste trabalho, é o período com menos registros de acidentes graves ou relevantes, não registrando nenhum óbito ou ferimento grave decorrente de deslizamento de terra.

Tabela 5- Localidades com acidentes graves ou relevantes em 2019 de acordo com o relatório da Operação Chuva

Bairro	Cor/Raça predominante	Faixa Salarial
1. Valéria	83,26% negros	0 a 1 salário mínimo
2. Santa Cruz	87,91% negros	0 a 1 salário mínimo
3. Cidade Nova	83,91% negros	0 a 1 salário mínimo
4. Chapada do Rio Vermelho	89,61% negros	0 a 1 salário mínimo
5. Itapuã	77,97% negros	1 a 3 salários mínimos
6. Nazaré	64,78% negros	1 a 3 salários mínimos
7. Barbalho	69,73% negros	1 a 3 salários mínimos

Fonte: Elaboração própria, 2022

No ano de 2020, os piores acidentes foram registrados nos bairros de Águas Claras (com 2 óbitos e 2 feridos) e Cajazeiras IV (1 óbito).

Tabela 6- Localidades com acidentes graves ou relevantes em 2020 de acordo com o relatório da Operação Chuva

Bairro	Cor/Raça predominante	Faixa Salarial
1. São Cristóvão	84,43% negros	0 a 1 salário mínimo
2. Valéria	83,26% negros	0 a 1 salário mínimo
3. Arenoso	87,49% negros	0 a 1 salário mínimo
4. Águas Claras	85,52% negros	0 a 1 salário mínimo
5. Cajazeiras VIII	87,82% negros	1 a 3 salários mínimos
6. Dois de Julho	Sem dados	Sem dados
7. Cajazeiras IV	84,6% negros	1 a 3 salários mínimos
8. Santa Mônica	81,39% negros	1 a 3 salários mínimos

9. Santa Cruz	87,91% negros	0 a 1 salário mínimo
10. Acupe	71,97% negros	1 a 3 salários mínimos
11. Calabetão	88,71% negros	0 a 1 salário mínimo
12. Imbuí	63,09% negros	5 a 10 salários mínimos
13. IAPI	82,79% negros	0 a 1 salário mínimo

Fonte: Elaboração própria, 2022

Abaixo, algumas fotos dos registros, na sequência dos bairros citados.

Foto 17 e 18 - Deslizamento de terra no bairro de Águas Claras, 2020



Fonte: Relatório Operação Chuva, 2020

Foto 19 - Deslizamento de terra no bairro de Cajazeiras IV, 2020



Fonte: Relatório Operação Chuva, 2020

Pelos dados apresentados até aqui, os relatórios do Programa Operação Chuva, a partir da categoria de raça e classe, expõe a problemática que vem sendo desenvolvida nesse trabalho: o racismo ambiental e a espoliação urbana são evidenciados ao observar que a maioria da população que vive em situação de risco é pobre e negra. Assim, a maioria das vítimas fatais e dos desabrigados são pobres e negros.

O direito a cidade é cerceado para essa população, que por falta de condições estruturais de emprego, moradia e renda, se submetem a viver nas encostas.

No Brasil do mito da democracia racial, não é possível falar de moradia sem falar de classe e raça. De tal modo, os relatórios oficiais da Operação Chuva erram em sua análise ao não incluir essas categorias tão importantes para compreender o sujeito brasileiro, e mais ainda, a população soteropolitana.

Em 2010, de acordo com o censo do IBGE, 78,5% da população de Salvador se autodeclarava negra. Se esse número for comparado aos dados das tabelas acima, também de 2010, é possível observar que mesmo em relação à média de Salvador, a população negra atingida pelos deslizamentos de terra é ainda maior, chegando a média total de 82,65%. Entre esses, apenas 1,64% recebe de 5 a 10 salários mínimos; 37,70% recebem de 1 a 3 salários mínimos; e a maioria 60,65%, têm renda insuficiente de 0 a 1 salário mínimo.

Esses dados não mostram apenas que Salvador tem uma maioria negra na população. Mas sim, que essa maioria negra vive de forma precária. O planejamento urbano não chegou para essas pessoas, pois se a comparação for feita com os bairros de classe média e maioria branca, a realidade é inversa.

Assim, os bairros abaixo apresentados em tabela, não aparecem nas notícias sobre deslizamentos de terra em locais residenciais. Não aparecem nos relatórios da Operação chuva com desabamento de casas ou vítimas fatais. Nessas localidades o planejamento urbano chegou, pois corresponde aos interesses da minoria privilegiada, da elite beneficiada pelo capital e pela especulação urbana.

Tabela 7- Localidades onde não houve acidentes de deslizamento de terra em residências

Bairro	Cor/Raça predominante	Faixa salarial
Itaigara	64,63% brancos	10 a 20 salários mínimos
Vitória	62,33% brancos	5 a 10 salários mínimos
Caminho das Árvores	60,76% brancos	10 a 20 salários mínimos
Graça	61,11% brancos	5 a 10 salários mínimos
Canela	57,22% brancos	5 a 10 salários mínimos
Pituba	55,51% brancos	5 a 10 salários mínimos
Patamares	51,83% brancos	10 a 20 salários mínimos

Fonte: Elaboração própria, 2022

Ao interpretar esses dados, é possível retomar as discussões teóricas já expostas aqui, como as assertivas de Harvey (2006), ao apontar, a luz da Teoria do Desenvolvimento Geográfico Desigual, que a dinâmica de acumulação e a lógica do capital, impõe uma divisão na territorialização do espaço entre centro e periferia, reproduzindo a lógica do antagonismo das classes. Isso acontece porque a cidade, da forma que é constituída atualmente, cheia de desigualdades, é um produto próprio do modo de produção capitalista.

É esse mesmo modo de produção capitalista que igualmente divide a sociedade a partir do elemento racial. Bullard (2004) e Acselrad (2004), relembram que o racismo atua como um fator de distribuição seletiva das pessoas no seu ambiente físico, influenciando no uso do solo e nos padrões de habitação. Em outras palavras, a desigualdade ambiental tem especificidade racial”, como bem confirma as elaborações sobre o racismo ambiental.

No território urbano, Souza (2008) observa que o racismo potencializa as desigualdades socioespaciais em termos de infraestrutura e moradia, devido a um planejamento urbano desigual. Nesse sentido, favorece moradores de alta e classe média, em geral privilegiados racialmente, ao passo que promove a segregação urbana de grupos não brancos, precarizados socialmente.

Essa relação entre problemas sociais, raciais e a degradação ambiental, especialmente em cidades brasileiras, geram tragédias como as estudadas aqui, provenientes de deslizamentos de terra e desabamento de casas para determinada parcela da população. Esses fatores, são responsáveis pelo que Kowarick (2000) evidencia no processo de espoliação urbana, em que trabalhadores precarizados são submetidos a uma somatória de extorsões, como a falta de moradia digna e a inexistência de condições ambientais, sociais, econômicas e culturais.

Assim, para a cidade de Salvador, a comparação de áreas de riscos e áreas de não risco, revela uma *Cidade Apartheid* na qual o racismo ambiental e a espoliação urbana – fruto da luta de classes – definem quem tem direito à cidade, à moradia, à emprego e à própria reprodução vida.

Nesse sentido, incluir as categorias de raça e classe nos relatórios da Operação Chuva é fundamental para: 1) Analisar de forma coerente e completa o raio x dos sujeitos que são atingidos pelo deslizamento de terra; 2) Elaborar políticas públicas específicas para essa parcela da população, que tem suas próprias particularidades; 3) Compreender a necessidade de superar o racismo estrutural e ambiental que se expressa também nas moradias; 4) Por fim e não menos importante, realizar uma reforma urbana com planejamento democrático que atenda a maior parcela da população a fim de garantir o direito à cidade, aos serviços, e habitações seguras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O atual modelo de planejamento urbano soteropolitano, expressa contradições sociais, raciais e ambientais, causadas por uma concepção de que o espaço urbano e a natureza devem servir ao capital. Isso se revela, de forma mais explícita, em dias de chuva, quando a cidade alaga e expõe uma série de desigualdades e falta de estruturas básicas que se transformam em tragédias, como deslizamento de terra e pessoas em áreas de risco por falta de moradias dignas.

Nesse sentido, é possível concluir que na capital baiana, há uma apropriação desigual do espaço urbano, pois a cidade é pensada a partir da ótica da especulação imobiliária e não sob o ponto de vista de um planejamento democrático em que a maioria da população esteja no centro das elaborações de políticas públicas.

A análise dos relatórios da Operação Chuva (2015-2020) e a investigação dos fenômenos descritos nessa pesquisa, apontam para o processo de racismo ambiental e espoliação urbana que a maioria da população negra e periférica está submetida. Logo, é fundamental a inclusão da categoria de raça nos relatórios do Programa, nos dados oficiais da Prefeitura, e qualquer órgão que busque compreender as situações de moradia da população soteropolitana. É fundamental também que seja publicizada e atualizada a demografia racial dos bairros de Salvador em seu Sistema de Informação Oficial.

Essa inclusão do elemento racial é essencial para analisar quem são os sujeitos vivendo em risco na cidade de Salvador, a partir da investigação do seu local de moradia, sua auto declaração racial e de renda, para assim, colaborar com a elaboração de políticas públicas específicas para esse seguimento da população.

Ao compreender que o problema do racismo é estrutural e não apenas vinculados a ações individuais, é possível entender também que ele se expressa de forma institucional a partir da omissão do Estado ao não garantir moradia

digna e planejamento urbano para essa parcela da população, negra e pobre, ao passo que garante segurança e melhores serviços à parcela branca e elitizada. É nesse sentido que o racismo ambiental e a espoliação urbana se expressam como dois fenômenos de uma mesma moeda.

O programa Operação Chuva, cumpre um papel importante de contenção de danos e cuidados emergenciais para as pessoas que moram em zonas de risco ao trabalhar de forma preventiva e também na atuação dos acidentes, como deslizamentos de terra. Porém, é fundamental compreender, que esta é uma medida paliativa, que não resolve o problema crônico a longo prazo.

Para solucionar o problema estrutural a longo prazo, é necessário superar o modelo de produção vigente, que atua para o Estado ser subserviente ao capital. Como já mencionado, a dinâmica de acumulação e a lógica do capital impõe uma divisão na territorialização do espaço entre centro e periferia, reproduzindo a lógica do antagonismo das classes, privilegiando uns, em detrimento de outros. Enquanto essa lógica permanecer, será fundamental Programas e políticas públicas como o da Operação Chuva para remediar essas contradições, mas estes nunca serão suficiente para superá-las.

O que a cidade de Salvador necessita é uma verdadeira reforma urbana, com planejamento urbano científico, democrático e participativo, que organize a cidade a partir dos interesses da maioria da população, e não da especulação imobiliária e dos interesses capitalistas.

Este trabalho, nesse sentido, contribui para avançar, a médio prazo, ao apontar a necessidade da inclusão da categoria raça nos dados e documentos oficiais, a fim de colaborar com as elaborações e melhoria das políticas públicas. Assim como, busca apontar os caminhos necessários para que, em um futuro não tão distante, a cidade possa ser repensada e construída para a maioria.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTONELLO, Ideni Terezinha (2019). **Expressão do planejamento urbano do ordenamento do território – o plano diretor municipal de Lisboa**. *Boletim de Geografia* (2): 113–128. ISSN 2176-4786. doi:10.4025/bolgeogr.v37i2.47523. Consultado em 11 de abril de 2022

ACSELRAD, H. **Justiça ambiental: ação coletiva e estratégias argumentativas**. In: ACSELRAD, H.; HERCULANO, S.; PÁDUA, J. A. (Org.). *Justiça ambiental e cidadania*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. p. 23-39.

AGUIAR, Vinicius Gomes de. **Conflito territorial e ambiental no quilombo Mesquita / Cidade Ocidental: racismo ambiental na fronteira DF e Goiás**. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Goiás. Instituto de Estudos Socioambientais (Iesa), Programa de Pós-graduação em Geografia, Goiânia, 2015.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018

ANDRÉ, Marli. **Etnografia da prática escolar**. Campinas: Papirus, 1995.

Bardin, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRANDÃO, Maria D. de A. **O último dia da criação: mercado, propriedade e uso do solo em Salvador**. In: VALLADARES, Lícia do P. (Org.) *Habitação em questão*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

BULLARD, Robert (2004). **Enfrentando o racismo ambiental no século XXI**, in Henri Acselrad; Selene Herculano; José Augusto Pádua, *Justiça ambiental e cidadania*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 40-68.

CAPELLA, Vicente Bellver (1996), **El movimiento por la justicia ambiental: entre ecologismo y los derechos humanos**, *Anuário de Filosofía del Derecho*, XIII-XIV, 327-347.

CARVALHO, Inaiá M; PEREIRA, Gilberto Corso. (Org.). **Como anda Salvador e sua região metropolitana**. 2.ed. Salvador: EDUFBA, 2008.

CARVALHO, Marcos Oliveira de. **Planejamento urbano, participação e comunicação: na elaboração do PDDU 2008 em Salvador** / Marcos Oliveira de Carvalho, 2011. 147 f. : il.

DENCKER, Ada de Freitas Maneti e DA VIÁ, Sarah Chucid. **Pesquisa empírica em ciências humanas (com ênfase em comunicação)**. São Paulo: Futura, 2001.

ENGELS, Friedrich. **Sobre a questão da moradia**. São Paulo: Boitempo, 2015.

FRANCO, Ângela; SANTOS, Elizabeth; GABRIELLI, Livia. **Salvador dos novos horizontes**. Força de Trabalho e Emprego, Salvador, v.5, n.2, p.21-29, maio/ago., 1998

GODOY, A. S. (1995a). **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades**. *Revista de Administração de Empresas*, 35(2), 57-63.

HERCULANO, S.; PÁDUA, J. A. **A justiça ambiental e a dinâmica das lutas socioambientais no Brasil – uma introdução**. In: ACSELRAD, H.; HERCULANO, S.; PÁDUA, J. A. (Org.). *Justiça Ambiental e Cidadania*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004, p. 23-40.

HARVEY, D. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo**. Trad. João Alexandre Peschanski. São Paulo, SP: Boitempo, 2011

HARVEY, David. **Spaces of Global Capitalism: towards a theory of uneven geographical development**. New York: Verso, 2006

HERCULANO, Selene. Lá como cá: conflito, injustiça e racismo ambiental. I Seminário Cearense contra o Racismo Ambiental. 2006, Fortaleza.

KOWARICK, Lucio. **Escritos urbanos**. São Paulo: Editora 32, 2009

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. Itapevi, SP: Nebli, 2016.

MARANDOLA JR., E.; HOGAN, D. J. **Vulnerabilidades e riscos: entre geografia e demografia**. *Revista Brasileira de Estudos de População*, São Paulo: ABEP, v. 22, n. 1, p. 29-53, 2005.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidade alternativas para a crise urbana**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MARICATO, Ermínia. **Metrópole na periferia do capitalismo**. 1996. Hucitec. São Paulo.

MARICATO, Ermínia. **Metrópole de São Paulo, entre o arcaico e a pós modernidade**. In SOUZA, M. A A de, e outros. *Metrópole e globalização*. 1999. Cedesp, São Paulo.

MARQUES; BICHIR. **Estado e espaço urbano: revisitando criticamente as explicações sobre as políticas urbanas**. In: Dossiê cidade e poder. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, 16, p. 9-29, jun. 2001

MARX, K.; ENGELS, F. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Alfa-Omega, 1977

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição.** São Paulo: Boitempo, 2011

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde.** São Paulo: Hucitec, 2013

OLIVEIRA, Ariovaldo. **Geografia agrária: perspectivas no início do século XXI.**In:OLIVEIRA, Ariovaldo U. de; MARQUES, Marta Inês Medeiros (Orgs.). O campo noséculo XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social. SãoPaulo: Casa Amarela/Paz e Terra, 2004. p. 27-64

PACHECO, Tânia. Racismo Ambiental: **expropriação do território e negação da cidadania** in Superintendência de Recursos Hídricos (org.), Justiça pelas águas: enfrentamento ao Racismo Ambiental. Salvador: Superintendência de Recursos Hídricos, 2008.

PARK, Robert (1967). **On Social Control and Collective Behavior.** Chicago

PRÉTECEILLE, Edmond. **La ségregation sociale a-t-elle augmenté? La métropole parisienne entre polarisation et mixité. Sociétés Contemporaines,** Paris, n.62. 2006

RAFFESTIN, Claude. **O que é o território.** In: Por uma geo-grafia do poder. São Paulo: Ática, 1993. p. 143-158

REIS, G. F., TEIXEIRA, T. C. S., PAVAN, F. SOUZA, J. P. M. C. **Rain Operation in Salvador: institutional actions, costs and interactions.** Online Perspectives: Applied Human & Social, v .11, n. 34, p. 54-68, 2021

ROCHA, Décio; DEUSDARA, Bruno. **Análise de Conteúdo e Análise do Discurso: aproximações e afastamentos na (re) construção de uma trajetória.** Álea, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, 305-322, Dec. 2005. Disponível em <https://www.scielo.br/j/alea/a/PQWYmTntpVgYYZdrbdnQbBf/?lang=pt> Acesso em: fevereiro. 2022.

SANTOS, Milton. **O Centro da Cidade de Salvador:** Estudo de Geografia Urbana. - 2. ed. - Salvador: Edufba, 2008.

SILVA, A. L. A.; MELLO, M. M. C.; ALMEIDA, R. da M. **Por onde andam os rios de Salvador?** Revista Baru-Revista Brasileira de Assuntos Regionais e Urbanos, Goiânia, v.5, n.2, p.297-311, 2019.

SOUZA, Ângela Gordilho. **Limites do habitar: segregação e exclusão na configuração urbana** contemporânea de Salvador e perspectivas no final do século XX. Salvador: EDUFBA, 2000.

SOUZA, Marcelo José L. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e a gestão urbanos.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

VAINER, C. **Pátria, empresa e mercadoria**. In: ARANTES, O. et. All. (Org.). A cidade do Pensamento Único. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 75-103.

VAINER, C. **Quando a cidade vai às ruas**. In: MARICATO, Ermínia. Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. 1. Ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013

VILLAÇA, F. **Efeitos do espaço sobre o social na metrópole brasileira**. 1999. Idem Ib.

ZHOURI, Andréa, LASCHEFSKI, Klemens e PEREIRA, Doralice Barros. **Desenvolvimento, Sustentabilidade e Conflitos Ambientais**. In: A insustentável leveza da política ambiental - desenvolvimento e conflitos ambientais. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2005.

ZHOURI, Andréa (2004), **A Re-volta da ecologia política: conflitos ambientais no Brasil**, Ambiente & Sociedade, VII (2), 211-213.

DOCUMENTOS

BRASIL. **Estatuto da Cidade: Lei 10.257** de 10 de julho de **2001**. 3. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010. Disponível em...

SALVADOR. **Operação Chuva dispõe sobre o funcionamento em regime de trabalho intensivo, declara em estado de alerta os órgãos e entidades que indica e dá outras providências**. Decreto nº 35.305 de 30 de março de 2022. Disponível em <https://leismunicipais.com.br/a1/ba/s/salvador/decreto/2022/3531/35305/decreto-n-35305-2022-institui-a-operacao-chuva-2022-dispoe-sobre-o-funcionamento-em-regime-de-trabalho-intensivo-declara-em-estado-de-alerta-os-orgaos-e-entidades-que-indica-e-da-outras-providencias?r=p>. Acesso em maio 2021

ANEXOS



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO/ CAMPUS I
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

CARTA DE APRESENTAÇÃO

Através desta, apresento MARINA AMARAL NASCIMENTO, aluna regularmente matriculada no curso de Ciências Sociais, do Departamento de Educação I (Salvador), da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) que está desenvolvendo seu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) com a pesquisa intitulada Racismo ambiental e espoliação urbana: dois lados de uma mesma moeda - uma análise sobre os deslizamentos de terra na cidade de Salvador (Ba) a partir do programa municipal "Operação chuva", de 2015 a 2020. O referido trabalho, está sob minha orientação, Cleide Magáli dos Santos, professora da Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

De tal modo, a colaboração ora solicitada será inestimável e de fundamental importância para o desenvolvimento e conclusão da pesquisa. Em tempo, afiançamos que a referida estudante-pesquisadora seguirá todas as regras de esclarecimento; sigilo do que for acordado; divulgação de dados que sejam apenas públicos e consentidos e demais regras de ética da pesquisa bem como dentro do que prevê a Lei Geral de Proteção de Dados.

Desde já agradecemos vossa valiosa colaboração.

Salvador, setembro de 2021

ATT.

A handwritten signature in black ink, reading 'Cleide Magáli dos Santos', written in a cursive style.

Profa. Dra. Ciências Sociais, UNEB-Salvador

<http://lattes.cnpq.br/0908800756277991> dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/1395930494228623

dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/2290759391021648

<https://www.uneb.academia.edu/CleideMag%C3%A1liSantos>

<http://tsppp.wordpress.com/publicacoes-disponiveis-on-line/>

DECRETO Nº 35.305 DE 30 DE MARÇO DE 2022

Institui a Operação Chuva 2022, dispõe sobre o funcionamento em regime de trabalho intensivo, declara em estado de alerta os órgãos e entidades que indica e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DO SALVADOR, CAPITAL DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, com fundamento nos artigos 78, inciso XIX, e 102 da Lei Complementar nº 1, de 1991, alterada pela Lei Complementar nº 30, de 2001; na Lei nº 8.969, de 11 de janeiro de 2016, e tendo em vista o Decreto nº 26.459, de 15 de setembro de 2015 e a proximidade da época de chuvas mais fortes que se abatem, historicamente, sobre a cidade, e:

Considerando as características físicas e geomorfológicas da Cidade, que potencializam os riscos de desastres naturais no período de chuvas intensas;

Considerando o padrão de ocupação precária, que se consolidou ao longo do tempo, principalmente nas encostas, criando, ampliando e agravando as áreas de risco na Cidade;

Considerando a existência de um grande número de áreas com risco de deslizamentos, apesar da contínua realização de obras de contenção de encostas;

Considerando a persistência, apesar dos frequentes serviços de manutenção e limpeza, de pontos críticos de alagamento que provocam transtornos e prejuízos à população;

Considerando a indispensável participação de toda a população na formação de uma cultura de prevenção e redução de risco de desastres naturais;

Considerando a importância de adotar medidas preventivas e emergenciais, capazes de eliminar ou minimizar os efeitos danosos à população, causados pelas chuvas, especialmente junto às comunidades mais carentes;

Considerando a necessidade de definir claramente ações coordenadas dos diversos órgãos e entidades da Administração Municipal que devem ser envolvidos na execução de obras e serviços de caráter preventivo e emergencial:

DECRETA:

CAPÍTULO I - DA OPERAÇÃO CHUVA 2022

Art. 1º Fica instituída a "Operação Chuva 2022", de natureza especial, sob a Coordenação Geral da Secretaria Municipal de Sustentabilidade e Resiliência - SECIS, com a finalidade de incrementar as ações preventivas e dar agilidade e efetiva resposta a

Utilizamos cookies para melhorar sua experiência neste Portal. Ao continuar navegando, você concorda com a nossa desastres naturais, para reduzir efeitos dos problemas causados P R E F E I T U R A M U N I C I P A L D O S A L V A D O R - B A H I A

DECRETO Nº 35 .305 de 30 de março de 2022

pelos chuvas que se abatem anualmente no período outono/inverno sobre a cidade, e compreenderá as seguintes etapas:

I - Etapa Preparatória, a ser iniciada durante o mês de março, destinada à adoção de ações preventivas;

II - Etapa de Alerta, a ser realizada durante os meses de abril a junho, destinada à adoção de ações de monitoramento e resposta a situações de risco ou desastre.

Parágrafo único. A Coordenação Executiva da Operação Chuva será exercida pela Defesa Civil de Salvador - CODESAL, competindo-lhe promover a mobilização de recursos, em articulação com os órgãos e entidades envolvidos, tendo em vista as ações necessárias, previamente identificadas, respeitando as respectivas competências e atribuições.

CAPÍTULO II DA ETAPA PREPARATÓRIA

Art. 2º Constituem ações da Etapa Preparatória, a serem realizadas em caráter prioritário, pelos respectivos órgãos responsáveis:

- I - limpeza de canais e córregos (macro drenagem);
- II - manutenção preventiva da rede de micro drenagem, especialmente a limpeza de bueiros do sistema de águas pluviais;

- III - vistoria e poda ou erradicação de árvores sob risco de tombamento;
- IV - remoção de materiais de construção e resíduos de obras dispostos indevidamente nas vias públicas;
- V - limpeza de encostas e remoção de lixo acumulado;
- VI - drenagem superficial de águas lançadas nas encostas;
- VII - manutenção e recuperação de escadarias;
- VIII - manutenção da pavimentação asfáltica (tapa-buracos);
- IX - sensibilização da população moradora em áreas de risco, com o apoio de Núcleos Comunitários de Proteção e Defesa Civil
 - NUPDEC`S, quando existentes, e dos Voluntários da Defesa Civil;
- X - incremento das vistorias técnicas de imóveis e áreas de risco, com notificação aos moradores quando necessário;
- XI - remoção preventiva de moradores em situações de alto risco, com a concessão de auxílio moradia, quando cabível;
- XII - demolição de imóveis condenados pela CODESAL;
- XIII - monitoramento de pontos críticos de alagamentos;
- XIV - recobrimento de encostas com risco de deslizamento;
- XV - veiculação de campanha de informação, conscientização e mobilização preventiva da população;
- XVI - execução de plantio de árvores em áreas do Município;
Utilizamos cookies para melhorar sua experiência neste Portal. Ao continuar navegando, você concorda com a nossa Política de Privacidade
- XVII - intensificação das ações da vigilância da qualidade da água para consumo humano nas áreas de risco;

DECRETO Nº 35 .305 de 30 de março de 2022

xviii - realização de análise situacional e cadastramento de áreas de comércio de alimentos com vulnerabilidade para chuvas fortes (alagamentos, enchentes);

xix - realização da desratização preventiva em áreas susceptíveis a ocorrência de alagamentos;

xx - realização de ações educativas com a comunidade versando sobre as medidas profiláticas para as zoonoses mais comuns nas áreas visitadas e orientação a respeito da posse responsável de cães e gatos.

§ 1º Durante a Etapa Preparatória da Operação Chuva os Órgãos e Entidades responsáveis darão atenção especial às áreas de risco, com a realização das atividades indicadas no caput, sobre as demais de sua competência, visando minimizar os riscos de desastres naturais na Cidade.

§ 2º Os órgãos responsáveis pelas ações referidas neste artigo deverão apresentar, semanalmente, à Coordenação Executiva da Operação Chuva, relatório circunstanciado das providências adotadas em atendimento às determinações deste Decreto.

CAPÍTULO III DA ETAPA DE ALERTA

Art. 3º Constituem ações especiais da Etapa de Alerta:

I - remoção preventiva de moradores em situações de alto risco, com a concessão de auxílio moradia, quando cabível;

II - demolição imediata de imóveis condenados pela CODESAL;

III - ações de socorro e assistência a população;

IV - avaliação de danos;

V - desmontagem de estruturas danificadas;

vi - remoção de escombros e limpeza de ambientes;

vii - incremento das vistorias técnicas de imóveis e áreas de risco, com notificação aos moradores, sempre e quando necessário;

viii - intensificação do acompanhamento das condições meteorológicas, com base nas informações do Centro de Monitoramento e Alerta da Defesa Civil - CEMADEC;

ix - monitoramento de campo em pontos críticos de deslizamentos e alagamentos;

x - informação e mobilização da população moradora em áreas de risco.

§ 1º Durante a Etapa de Alerta da Operação Chuva, os Órgãos e Entidades responsáveis darão atenção especial às áreas de risco, priorizando as atividades indicadas no caput, sobre as demais de sua competência, visando minimizar os riscos de desastres naturais na Cidade ou minimizar os seus efeitos, no caso de sua ocorrência.

§ 2º Cada órgão ou entidade da Administração Municipal responsável pelas ações referidas neste artigo, deverá apresentar, semanalmente, à Coordenação

P R E F E I T U R A M U N I C I P A L D O S A L V A D O R - B A H I A

DECRETO Nº 35 .305 de 30 de março de 2022

Executiva da Operação Chuva, relatório circunstanciado das providências adotadas em atendimento às determinações deste Decreto.

§ 3º A Operação Chuva 2022, etapa de Alerta, será realizada no período de abril a junho do ano em curso e poderá ser prorrogada, mediante ato do Prefeito Municipal, por solicitação do Coordenador Executivo da Operação, com base em análises do Centro de Monitoramento e Alerta da Defesa Civil - CEMADEC.

Art. 4º Ficam declaradas em Estado de Alerta para os fins da Operação Chuva 2022, as seguintes unidades dos Órgãos e Entidades integrantes da Administração Municipal:

i - a Defesa Civil de Salvador - CODESAL, a quem caberá a

Coordenação Executiva;

II - a Diretoria de Manutenção da Infraestrutura Urbana e a Diretoria de Equipamentos, Mobiliário Urbano e Edificações Públicas, da Secretaria Municipal de Manutenção da Cidade - SEMAN;

III - a Diretoria de Proteção Social Especial, da Secretaria Municipal de Promoção Social e Combate à Pobreza, Esportes e Lazer- SEMPRES;

IV - a Diretoria de Fiscalização da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano - SEDUR;

V - a Gerência de Operações, da Guarda Civil Municipal - GCM;

VI - a Diretoria de Operações da Empresa de Limpeza Urbana de Salvador

- LIMPURB;

VII - a Diretoria de Operações da Companhia de Desenvolvimento Urbano de Salvador - DESAL;

VIII - Secretaria Geral de Articulação Comunitária e Prefeituras-Bairro.

§ 1º Os demais órgãos e entidades que integram o Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil - SMPDC poderão, por requisição da Coordenadoria Executiva da Operação Chuva, colocar unidades de sua estrutura em regime de plantão, hipótese em que serão incorporados à Operação.

§ 2º Durante o Estado de Alerta da Operação Chuva, o Diretor Geral da CODESAL manterá convocado, em caráter permanente, o Comitê Interinstitucional de Ações Emergenciais criado pela Lei nº **8.969**, de 11 de janeiro de 2016.

§ 3º Durante a Operação Chuva, a CODESAL manterá mobilizados os NUPDECS e os voluntários cadastrados com base no Decreto nº **26.459**, de 15 de setembro de 2015.

Utilizamos cookies para melhorar sua experiência neste Portal. Ao continuar navegando, você concorda com a nossa Política de Privacidade

§ 4º O acesso às unidades escolares municipais para acolhimento das famílias, caso seja necessário, será de responsabilidade da Secretaria Municipal da Educação - SMED, por meio das Gerências Regionais.

Art. 5º A Ouvidoria Geral do Município, a Assistência Militar do Prefeito, a Secretaria Municipal de Políticas Públicas para Mulheres, Infância e Juventude, a Diretoria de Iluminação Pública e a Salvamar prestarão à CODESAL o apoio e a assistência necessária na execução da Operação Chuva 2022.

P R E F E I T U R A M U N I C I P A L D O S A L V A D O R - B A H I A

DECRETO Nº 35 .305 de 30 de março de 2022

Art. 6º Durante o Estado de Alerta, os órgãos operacionais da Administração Municipal, mobilizados para a Operação Chuva, além de darem continuidade às ações preventivas, devem manter em suas unidades regime de plantão de 24 horas durante todos os dias da semana, até o final da Operação.

Parágrafo único. Os órgãos e entidades envolvidos na Operação Chuva deverão estar aptos a atuar nas ações de socorro e assistência à população, exercendo atividades de logística, avaliação de danos, desmontagem de estruturas danificadas, remoção de escombros e limpeza de ambientes, dentre outras necessárias ao restabelecimento da normalidade.

Art. 7º A Coordenação Executiva da Operação Chuva poderá requisitar, sempre que entender necessário ao atendimento das ações emergenciais previstas neste Decreto, servidores, veículos e equipamentos dos órgãos e entidades da Administração Municipal.

Parágrafo único. Os servidores ou empregados de empresas públicas municipais requisitados para atuação na CODESAL serão disponibilizados à SECIS, a serviço da Operação Chuva e farão jus à Gratificação pela Participação em Operações Especiais a ser paga pelo órgão de origem do servidor ou empregado, na forma do art. 11 deste Decreto.

CAPÍTULO IV

ORGANIZAÇÃO, FUNCIONAMENTO E ATRIBUIÇÕES

Art. 8º A Operação Chuva contará com um Coordenador Geral, um Coordenador

Executivo, um Subcoordenador Executivo, Coordenadores e Subcoordenadores de Plantão e Agentes Operacionais com as seguintes atribuições:

I - Coordenador Geral, estabelecer as diretrizes e exercer a supervisão da Operação Chuva;

II - Coordenador Executivo, traçar as diretrizes operacionais, exercer a coordenação técnica da Operação e promover a articulação com os órgãos e entidades relacionados no art. 4º, com os membros do Comitê Interinstitucional de Ações Emergenciais e com os demais integrantes do SMPDC para assegurar a efetividade das ações de prevenção e resposta a desastre;

III - Subcoordenador Executivo, auxiliar o Coordenador Executivo no desempenho de suas atribuições e substituí-lo em suas ausências;

IV - Coordenadores e Subcoordenadores de Plantão, coordenar as ações de resposta nos seus respectivos órgãos e entidades, com poderes para mobilizar recursos humanos, materiais e equipamentos das suas unidades para o emprego imediato nas ações da Operação Chuva, quando requisitados pela Coordenação Executiva, além de prestarem o apoio necessário ao Coordenador Executivo;

V - Agentes Operacionais, executar as tarefas de campo relacionadas com as ações de socorro e resposta a desastres.

Art. 9º As funções descritas no art. 8º deste Decreto serão exercidas:

P R E F E I T U R A M U N I C I P A L D O S A L V A D O R - B A H I A

DECRETO Nº 35 .305 de 30 de março de 2022

I - a Coordenação Geral, pelo Secretário Municipal da Sustentabilidade e Resiliência - SECIS;

II - a Coordenação Executiva, pelo Diretor Geral da Defesa Civil de Salvador - CODESAL;

III - a Subcoordenação Executiva, pelo Coordenador das Ações de

Contingência

da

CODESAL;

IV - as Coordenações e Subcoordenações de Plantão, pelo servidor designado em cada um dos Órgãos e Entidades integrantes da Operação Chuva.

Parágrafo único. Integram a Operação Chuva todos os ocupantes de cargos, inclusive cargos em comissão e funções de confiança da estrutura da Defesa Civil de Salvador - CODESAL.

Art. 10º Os órgãos e entidades relacionados no art. 4º deverão encaminhar à Coordenação Executiva da Operação Chuva, no prazo máximo de 5 (cinco) dias a partir da publicação deste Decreto, os seus respectivos Planos de Ação, com a indicação das equipes participantes e escalas de plantão.

§ 1º A Coordenação Executiva da Operação Chuva definirá, em conjunto com cada órgão envolvido, o dimensionamento das suas equipes e validará os respectivos Planos de Ação, no prazo máximo de 15 (quinze) dias a partir da publicação deste Decreto, de forma a garantir a agilidade necessária aos objetivos da Operação.

§ 2º Os Planos de Ação validados, com a relação de nome, CPF, matrícula e função dos servidores que participarão do Estado de Alerta, bem como as demandas de caráter sistêmico necessárias à execução das atividades da Operação, serão encaminhados à SEMGE, para as providências de sua competência.

Art. 11º Os servidores que atuarem na Operação Chuva, farão jus à Gratificação pela Participação em Operações Especiais, na forma do art. 102 da Lei Complementar nº 1/91, nos valores constantes nos Anexos I e II, durante o estado de alerta indicado no art. 4º deste Decreto.

§ 1º Apenas servidores e empregados das unidades a que se refere o art. 4º e aqueles requisitados com fundamento no art. 7º, ambos deste Decreto poderão fazer jus à gratificação pela participação em Operações Especiais da Operação Chuva.

§ 2º É vedada a participação de servidores e empregados públicos em mais de uma Operação Especial na mesma data.

§ 3º A Gratificação pela Participação em Operações Especiais é vantagem temporária, que não se incorpora ao vencimento ou salário, nem serve de base para recolhimento da contribuição previdenciária.

§ 4º Não poderão atuar em Operações Especiais os servidores que, na vigência da Operação, estejam cedidos para outros órgãos ou entidades de outro P R E F E I T U R A M U N I C I P A L D O S A L V A D O R - B A H I A

DECRETO Nº 35 .305 de 30 de março de 2022

Município, do Estado, da União ou do Poder do Município, bem como afastados por uma das licenças previstas no art. 110. da Lei complementar nº 01/91.

§ 5º O pagamento da Gratificação pela Participação em Operações Especiais ficará condicionado à comprovação de frequência junto à Coordenação Executiva, que atestará a planilha de pagamento calculada de acordo com as escalas de plantão previamente aprovadas e valores correspondentes à carga horária efetivamente realizada, gerados a partir do Sistema de Operações Especiais - SOE, devendo ser encaminhada à Secretaria Municipal de Gestão - SEMGE.

§ 6º Não haverá pagamento da Gratificação pela Participação em Operações Especiais para o trabalho realizado durante a jornada ordinária de trabalho do servidor/empregado público.

§ 7º É vedada a concessão da Gratificação de que trata o § 1º do art.102 da Lei Complementar nº 1, de 1991, alterada pela Lei Complementar nº 30, de 2001, ao dirigente máximo do órgão ou entidade da Administração Direta e Indireta do Município, considerados de relevante interesse público os serviços por estes prestados.

CAPÍTULO V DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 12º Todos os órgãos e entidades municipais da Administração Direta e Indireta prestarão à CODESAL, durante o período de vigência da Operação Chuva, o apoio necessário ao desempenho de suas atividades, ficando assegurada prioridade de atendimento às suas requisições.

Art. 13º Os órgãos federais, estaduais, as empresas governamentais e privadas, assim como, as instituições privadas sem fins lucrativos e os prestadores de serviços essenciais à população do Município, no âmbito de suas atribuições, poderão prestar à CODESAL o apoio necessário ao bom desempenho da Operação.

Parágrafo único. A Operação Chuva poderá contar com a participação de voluntários, além daqueles já integrados as ações de defesa civil nos termos do Decreto nº 26.459, de 15 de setembro de 2015 na forma e sob as condições estabelecidas na Lei Federal nº 9.608/98.

Art. 14º As despesas com custeio da Operação Chuva 2022, inclusive a decorrente do pagamento da gratificação prevista no art. 11 deste Decreto, ficam limitadas a R\$ 1.800.000,00 (hum milhão e oitocentos mil reais), e correrão por conta do orçamento previsto para o exercício de 2022, observada a existência de dotação orçamentária e disponibilidade financeira.

§ 1º Cabe à Secretaria Municipal de Gestão - SEMGE fazer o acompanhamento e o controle das despesas a que se refere o caput deste artigo.

P R E F E I T U R A M U N I C I P A L D O S A L V A D O R - B A H I A

DECRETO Nº 35 .305 de 30 de março de 2022

§ 2º O valor do auxílio transporte constante no Anexo II deverá acompanhar a tarifa vigente no momento da publicação, devendo a diferença ser atualizada no valor da previsão orçamentária para o ano em questão."

Art. 15º A Defesa Civil de Salvador - CODESAL poderá editar as instruções complementares necessárias à execução deste Decreto.

Art. 16º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DO SALVADOR, em 30 de março de 2022.